

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PUC-RJ

SETEMBRO - 1990

TEXTO PARA DISCUSSÃO
245

DESEMPREGO:
TEORIA E EVIDÊNCIA SOBRE A EXPERIÊNCIA
RECENTE NA OECD¹

Edward Amadeo²

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

PUC - RJ

SETEMBRO - 1990

DESEMPREGO:

TEORIA E EVIDÊNCIA SOBRE A EXPERIÊNCIA
RECENTE NA OECD¹

Edward Amadeo²

1/Trabalho apresentado no Encontro da ANPEC, dezembro de 1988. Capítulo III do livro Desemprego: de Keynes ao neo-corporativismo (título provisório) de Edward J. Amadeo e Marcello Estevão, São Paulo: Hucitec, 1991.

2/Agradeço as sugestões e trabalho de editoração de Marcello Estevão e José Carlos dos Reis Carvalho. Antônio de Pádua Bittencourt é responsável pelo excelente trabalho na confecção dos gráficos.

Roteiro:

	Pg.
1. Introdução	02
2. Conceitos e Definições Preliminares	03
2.1. As noções de oferta de trabalho, pleno emprego e produto potencial	03
2.2. A noção de desemprego clássico	08
2.3. A noção de desemprego kaleckiano	11
2.4. A noção de desemprego keynesiano	13
2.5. A noção de desemprego involuntário	15
3. O Efeito Keynes e a Abordagem Neo-Ricardiana	17
3.1. A análise de Keynes no <u>Tratado</u>	
3.2. A crítica neo-Ricardiana	19
4. Da Curva de Phillips à Teoria do Ciclo Real	23
5. Flexibilidade Salarial, Instabilidade e Desemprego ...	29
6. Ressurgimento do Desemprego e Novas Interpretações ...	34
6.1. Profit Squeeze e desemprego clássico	38
6.2. A persistência do desemprego	40
6.3. Centralização, políticas acomodativas e desemprego	44
6.4. Neo-corporativismo e performance macroeconômica	52
6.5. A relação salário-emprego e questão	55
6.6. O neo-corporativismo em questão	59
7. Conclusões	71
Referências bibliográficas	77
Apêndice Estatístico	85

SUMÁRIO

Este artigo discute, em sua primeira parte, temas essencialmente teóricos ligados à causa do desemprego, abrangendo desde a 'Teoria Geral' até a 'Teoria do Ciclo Real' da década de 1970. A segunda parte gira em torno de novas interpretações do fenômeno do desemprego, com um enfoque especial sobre o ressurgimento do desemprego crônico das economias da OECD e de como a estrutura sindical efetivamente afetou o desempenho macroeconômico desses países.

ABSTRACT

This article, in its first part, discusses theoretical aspects of the causes of unemployment, from Keynes' 'General Theory' to the "real business cycle" literature. In the second part we discuss the new interpretations of the theme, focusing on the resurgence of unemployment in the OECD countries. We stress the role played by unions structures on macroeconomic performance.

Desemprego: Teorias e Evidência sobre a Experiência Recente na OECD

1) Introdução

Este artigo tem por objetivo fazer uma discussão sistemática das teorias do desemprego desde a publicação da *Teoria Geral* de Keynes. Não se trata de um estudo histórico nem tampouco exaustivo no sentido de cobrir a literatura relevante nos últimos 52 anos. A abordagem é essencialmente analítica. O que se pretende é estabelecer uma tipologia das principais teorias do desemprego, e localizar as principais contribuições em cada uma das abordagens. Há uma clara preferência pelas teorias que privilegiam aspectos macroeconômicos do desemprego. Ênfase especial é dedicada às contribuições mais recentes notadamente às elaboradas a partir da primeira metade da década de 1970.

O artigo está dividido em cinco seções. Na seção 2 são apresentados os principais conceitos e definições utilizados no texto; em particular os conceitos de oferta e demanda de emprego, pleno emprego e plena utilização da capacidade, desemprego clássico, keynesiano e kaleckiano. A seção seguinte ocupa-se das noções de rigidez salarial e efeito Keynes, e da abordagem neo-ricardiana à teoria keynesiana do desemprego. Na seção 4 são examinadas as teorias da curva de Phillips e do ciclo real. A relação entre a flexibilidade dos salários nominais e o desemprego é revista na seção 5. A seção 6 é uma resenha das teorias recentes. Nesta seção as teorias são estudadas à luz de evidências sobre a nova onda de desemprego nos países capitalistas avançados. A última parte resume e sistematiza as conclusões deste artigo.

2) Conceitos e Definições Preliminares

O objetivo desta seção é estabelecer um quadro conceitual para a discussão sobre causas do desemprego e, ao mesmo tempo, lançar as bases das principais questões teóricas a serem analisadas ao longo do artigo. O foco da análise estará concentrado nos conceitos de oferta e demanda de trabalho, pleno emprego, desemprego clássico, keynesiano e kaleckiano, e na noção de desemprego involuntário. Há imensas dificuldades na comparação entre os diferentes tipos de desemprego principalmente porque suas análises partem de sistemas teóricos e, portanto, pressupostos, diferentes. Em todo caso, uma resenha deve ter por objetivo o estabelecimento de uma taxonomia que permita comparar as diferentes causas do desemprego. A análise das interpretações sobre a nova onda de desemprego nos países da OECD terá como pano de fundo conceitos macroeconômicos básicos que serão agora brevemente resumidos.

2.1) As noções de oferta de trabalho, pleno emprego e produto potencial

A definição convencional de oferta de trabalho parte da hipótese de que os trabalhadores exercem uma escolha entre dois conjuntos de bens — o lazer e os bens que podem comprar com seus salários. Nesta definição está implícita a noção de que o trabalho gera desprazer, e de que há um nível de salário que faz o trabalhador abrir mão do prazer de estar desempregado (ou desobrigado com qualquer compromisso de trabalho). De fato, o salário deverá ser maior quanto maior o número de horas de privação do lazer.

Não há dúvida de que em 'situações normais' considerando apenas uma parcela da força de trabalho, há um nível salarial a partir do qual cada indivíduo estará disposto a se empregar (o 'reservation wage'). Além disso, para este mesmo grupo, há um conjunto restrito de ocupações às quais cada trabalhador estará disposto a se candidatar. Para isso concorrem forças de diferentes tipos: o capital humano de cada

trabalhador, fatores culturais que indicam as ocupações socialmente aceitáveis de acordo com a sua extração social, sua capacidade de manter-se e à sua família enquanto estiver desempregado, etc.

No curto prazo, a oferta de trabalho, ou seja, a idéia de que os trabalhadores tomam o salário real como sinal para definir sua disposição de trabalhar, pode ser expressa por uma curva que indica o número *máximo* de horas devotadas voluntariamente ao trabalho para cada nível de salário nominal, dado o nível de preço esperado. Como no gráfico 1, esta definição dá origem a uma fronteira, e à sua esquerda a utilidade do salário excede a desutilidade marginal do trabalho. Ao longo da fronteira a utilidade do salário real esperado corresponde à desutilidade do trabalho.

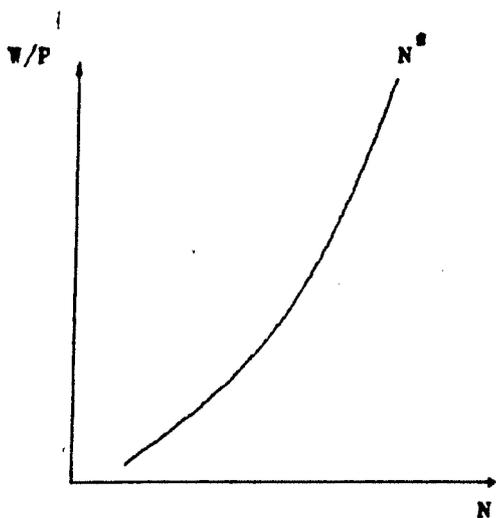


Gráfico 1

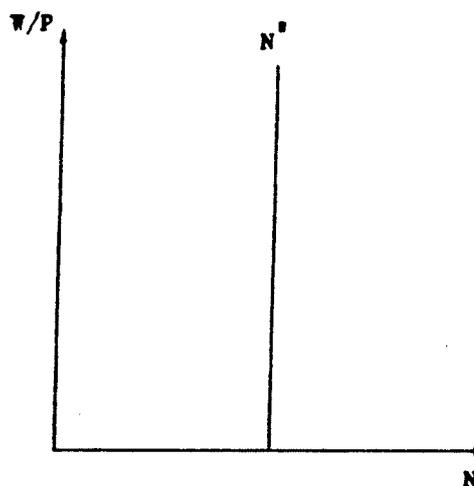


Gráfico 2

A ênfase na idéia de que a oferta de trabalho cai quando cai o salário real pode ser criticada por diferentes razões. Em primeiro lugar, nem sempre os trabalhadores reduzirão a oferta de trabalho se o nível de preços observado for maior que o esperado. O mais provável é que se esta discrepância for significativa, haja demandas por uma revisão do salário, o que pode até esperar pelo novo período de dissídio. Tampouco é necessariamente verdade que o trabalho gere desprazer. Para muitas ocupações (nem todas, é claro), a profissão cumpre um papel social e cultural importante para o trabalhador. Por outro lado, estar desempregado, principalmente por um período longo de tempo tem desdobramentos morais indesejados para o trabalhador. Se não há benefícios para desempregados, estar desempregado pode ter consequências econômicas desastrosas para a família do trabalhador. Estes argumentos indicam que, em geral, dadas as características das economias capitalistas industrializadas, os trabalhadores preferem estar empregados a desempregados, e que o nível de salário real é um fator dentre muitos na definição da oferta de trabalho.

Uma versão alternativa, que contempla estes qualificativos, sugere que a oferta de emprego é relativamente inelástica. Vale dizer, apenas tenuemente relacionada ao salário real. No limite, este nível de emprego (que corresponde à noção quotidiana de pleno emprego) é dado pelo emprego de homens e mulheres entre 18 e 65 anos, com jornada de trabalho regular ao longo do ano. O Gráfico 2 representa esta situação. Variações em torno deste marco dependem de fatores econômicos e culturais (que afetam a participação de mulheres e jovens na força de trabalho, por exemplo), das políticas públicas incluindo programas de treinamento, salários-desemprego, etc., e da legislação trabalhista (preço da hora-extra, licença para gestantes, etc.).

Keynesianos e marxistas estão entre os principais adeptos da versão modificada da curva de oferta de trabalho. Marglin (1984, p. 104), por exemplo, nota que:

"as dificuldades para garantir a sobrevivência fora do setor capitalista sugerem que no curto prazo pelo menos, não é preciso haver um 'reservation wage' absoluto, ao menos não para a classe trabalhadora como um todo. Ou então, na falta de benefícios para desempregados e riqueza familiar acumulada, o 'reservation wage' para a classe como um todo pode ser pensado como sendo zero: trabalhadores e suas famílias precisam comer, e qualquer salário é melhor que nenhum."

Estas observações são especialmente convincentes no caso de economias em que não há qualquer tipo de benefícios para desempregados e onde, portanto, o custo de estar desempregado é extremamente elevado para o trabalhador. Solow (1986, p. 33) descreve uma conversa casual com um colega sobre o que devem saber sobre macroeconomia os estudantes de pós-graduação em economia:

"Eu deixaria de fora o tratamento da oferta de trabalho pois pode-se supor que a oferta de trabalho é dada ou constante no curto e médio prazos sem perder nada de fundamental sobre a macroeconomia".

Esta observação pode ser vista como a resposta keynesiana depois de uma década de domínio entre os macroeconomistas das idéias de Lucas e seus associados para quem a curva de oferta de trabalho tem um papel fundamental¹. De fato, segundo a versão de Lucas da curva de oferta agregada, à parte dos choques estocásticos, o movimento da economia em torno do equilíbrio depende essencialmente de processos de otimização intertemporais que definem a oferta de trabalho dos agentes.

¹ Na seção 3 examinaremos com detalhes a versão moderna da curva de oferta de trabalho devida a Lucas.

Antes de passar adiante convém distinguir dois conceitos que em geral são usados indistintamente mas que, a rigor, devem ser diferenciados: os conceitos de pleno emprego da força de trabalho e plena utilização da capacidade. Na *Teoria Geral*, Keynes implicitamente sugere que há coincidência entre as duas situações, isto é, de que quando a economia atinge um ponto de pleno emprego, atinge simultaneamente a situação de plena utilização da capacidade. Em geral, isto não é verdade. No longo prazo, a não ser nos modelos neo-clássicos, os determinantes da taxa de crescimento da força de trabalho e do estoque de capital são independentes. Logo, a qualquer momento, dada a demanda efetiva, o grau de utilização da força de trabalho e da capacidade produtiva podem diferir. É possível que a economia chegue à situação de pleno emprego antes de ocupar totalmente a capacidade de produzir, ou vice-versa.

Assim, no curto prazo, dados o estoque de capital (K) e a oferta de emprego de acordo com a segunda definição tratada acima (N_f), o nível de produto potencial (X_p) é dado por:

$$X < X_p = \min [(1/b)N_f; (1/a)K] \quad (1)$$

onde X é o produto efetivo, b é o coeficiente técnico de trabalho e a o coeficiente técnico do capital, logo, $K/a = X_f =$ capacidade produtiva.

Esta distinção indica ainda que dada a discrepância entre os níveis de produto correspondentes às situações de pleno emprego e plena utilização da capacidade, as dinâmicas dos mercados de trabalho e bens podem ser significativamente diferentes. De fato, é possível imaginar situações em que há excesso de demanda no mercado de bens e excesso de oferta no mercado de trabalho, ou vice-versa.

Podem-se estabelecer uma relação entre as taxas de desemprego e utilização da capacidade. A taxa de desemprego é dada por:

$$U = 1 - (N/N_f) = 1 - (bX/N_f) \quad (2)$$

O grau de utilização da capacidade é dado pela expressão:

$$z = \frac{X}{X_f} = (1 - U) \frac{a N_f}{bK} \quad (3)$$

onde N_f/K é a razão trabalho:capital dada pela dotação destes fatores de produção na economia e $\frac{a}{b}$ é a razão capital/trabalho, determinada pela tecnologia que faz com que se produza de forma eficiente. Assim, dadas a tecnologia e a dotação dos fatores, a utilização da capacidade mantém uma relação inversa com a taxa de desemprego. Nada impede porém que a taxa de desemprego chegue ao seu mínimo sem que a economia tenha atingido a plena utilização da capacidade, ou vice-versa.

2.2) A Noção de Desemprego Clássico

Existem, pelo menos dois fatores, ambos relacionados com o nível do salário real, que podem limitar o produto da economia a um nível inferior àquele necessário para o pleno emprego da força de trabalho.² O primeiro diz respeito à relação entre o salário real (a rigor, o custo do trabalho) e a lucratividade das firmas. O outro refere-se à relação entre o salário real e o nível de demanda agregada de equilíbrio, isto é, aquele que iguala renda e dispêndio. Nesta sub-seção discutimos o primeiro dos fatores.

O desemprego do tipo clássico decorre do nível excessivamente alto do salário real, dados o estoque de capital e a tecnologia. A idéia é que as firmas maximizam lucros

² Há ainda um terceiro fator não discutido aqui: restrições ligadas ao balanço de pagamentos.

igualando seu custo marginal ao preço esperado. Dada a hipótese complementar de rendimentos marginais decrescentes, pode-se derivar uma curva de demanda de trabalho negativamente inclinada no espaço (salário real, nível de emprego).³ Assim, para um dado nível de salário real, obtém-se o nível de emprego que maximiza os lucros da firma o qual pode ou não corresponder ao pleno emprego da força de trabalho. No Gráfico 3, está representada uma situação de desemprego clássico: dado o salário $(w/p)^1$, o nível de demanda de trabalho (N^d) é menor que a oferta (N^s).

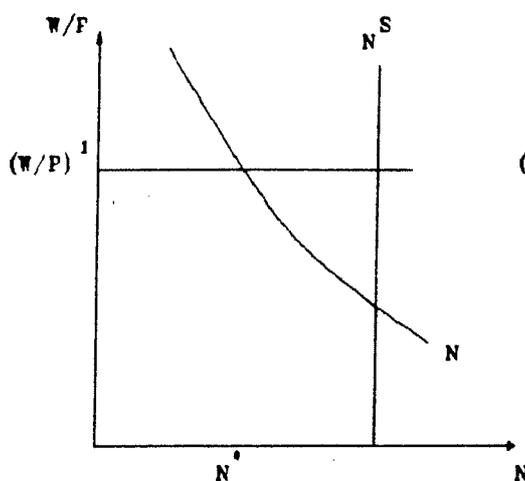


Gráfico 3

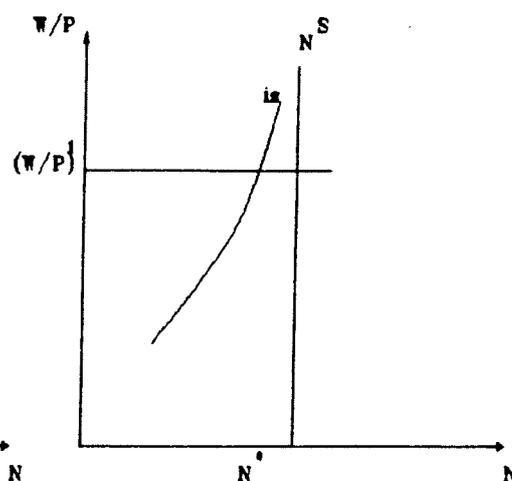


Gráfico 4

³ A derivação da curva de demanda por trabalho bem como a necessidade da hipótese de rendimentos decrescentes, pode ser melhor compreendida a partir do procedimento algébrico para a maximização de lucros. O objetivo da firma seria maximizar lucro (L), que podemos expressar como: $L = p X - w N$ onde: p = preço do produto da firma X = produto da firma w = salário N = nível de emprego O problema de maximização estaria sujeito à função de produção da firma: $X = f(N)$ Logo teríamos: $\text{MAX: } L = p f(N) - w N$ Fazendo a primeira derivada igual a zero: $p F_N - w = 0 \rightarrow F_N = w/p$ isto é, o valor do salário real deverá ser igual à produtividade marginal do trabalho. No entanto, para que esse ponto seja um ponto de máximo, é necessário a hipótese de rendimentos decrescentes, que deriva da condição de segunda ordem da maximização, vale dizer, $F_{NN} < 0$.

Grande parte das interpretações sobre a nova onda de desemprego nos anos 80 aponta como principal responsável pelo fenômeno o fato dos salários reais estarem demasiadamente elevados. A nível teórico, o trabalho de Malinvaud (1977, pp. 106-7) pode ser visto como um representante exemplar destas interpretações:

"Entre as várias combinações de eventos, a mais favorável para o desemprego clássico ocorre quando há uma súbita redução na quantidade final do produto por unidade de trabalho, e quando expectativas ou tensões sociais levam a um crescimento anormal dos salários reais. Pode-se argumentar que esta situação iniciou-se nos anos finais dos 60 e começo dos 70... Ela pode ser parcialmente responsável pelo substancial nível de desemprego durante o boom de 72-3. Foi um fator importante durante a recessão de 1975."

Entre os trabalhos que buscam examinar as causas do desemprego na Europa (discutidos na seção 4.5), a principal preocupação é com o processo de formação de salários e preços, e os processos sociais e institucionais que explicam o comportamento dos salários reais nos diferentes países. Um resultado é praticamente consensual: o desemprego é menor nos países em que houve moderação salarial vis-à-vis o movimento da produtividade do trabalho. Neste sentido, do ponto de vista teórico, o diagnóstico sobre a principal causa do desemprego na década de 80 é o mesmo que o diagnóstico ortodoxo na década de 30. Colocando à margem a adequação desta explicação para o desemprego contemporâneo na Europa, seu ressurgimento 50 anos depois da publicação da *Teoria Geral* não deixa de ser uma ironia da história.

2.3) A Noção de Desemprego Kaleckiano

A segunda barreira para o crescimento do emprego é dado pelo nível de demanda agregada. A equação de demanda agregada em uma economia fechada pode ser escrita como segue:

$$pX = cpX + A \quad (4)$$

onde A é a demanda monetária autônoma (investimentos, déficit fiscal e consumo autônomo) e c a propensão a consumir. Supondo que $cpX = wN$, ou seja, que o consumo corresponde à massa de salários⁴, pode-se reescrever a equação da seguinte maneira:

$$X = (w/p)bX + (A/p) \quad (5)$$

Logo:

$$X^* = N^* / b = \frac{(A/p)}{[1 - (wb/p)]} \quad (6)$$

Onde o termo $\frac{wb}{p}$ é a participação dos salários na renda da economia.

Segundo o modelo, uma redistribuição da renda a favor dos salários ou um crescimento do componente autônomo aumentam o nível de emprego. Assim, como desenhado no Gráfico 4, há uma relação positiva entre o salário real e o nível de emprego. Neste caso, o fato dos salários estarem baixos pode representar uma barreira para o crescimento do emprego.

A combinação das curvas de demanda de trabalho (N^d), oferta de trabalho (N^s) e equilíbrio de demanda (is) dá origem ao Gráfico 5. Deve-se lembrar entretanto que as firmas trabalham sempre em cima da sua curva de demanda. Na figura, o ponto C representa uma situação de excesso de oferta no mercado de trabalho: as firmas venderiam toda sua produção se empregassem N_f trabalhadores mas não estariam maximizando lucros; daí porque empregam menos trabalhadores. No ponto K, por outro lado as firmas maximizam lucros, mas são incapazes de realizar seus lucros porque não há demanda. O ponto E caracteriza uma situação de equilíbrio de demanda no mercado de

⁴ Esta hipótese implica que a propensão a consumir a partir dos salários é 1 e a partir dos lucros é zero -- uma hipótese tipicamente kaleckiana.

bens (os bens produzidos são vendidos) e equilíbrio das firmas (as firmas maximizam lucros), mas há $(N_f - N^*)$ desempregados.

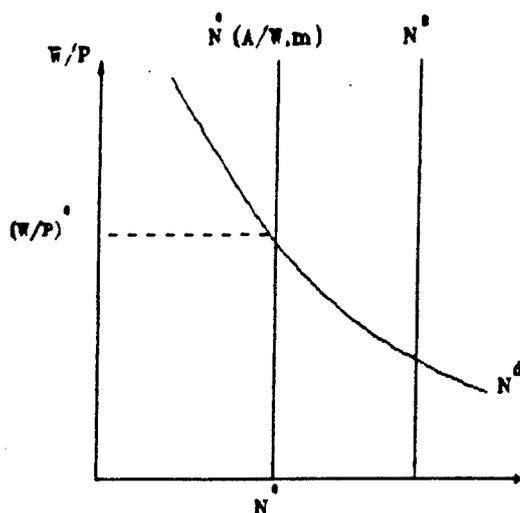


Gráfico 5

Gráfico 5

O mais interessante desta análise é que o salário de equilíbrio $(w/p)^*$ implica simultaneamente um tanto de desemprego clássico e um tanto de desemprego kaleckiano. O pleno emprego é incompatível com este salário pois se todos os trabalhadores fossem empregados e ganhassem $(w/p)^*$, as firmas não estariam maximizando lucros, e seriam incapazes de vender toda sua produção ao preço corrente. Isto significa apenas que

uma situação de desemprego clássico não é incompatível com a presença de desemprego do tipo kaleckiano. Sendo assim, nada garante que uma redução do salário real em si seja capaz de reduzir o desemprego: pode simplesmente substituir desemprego clássico por desemprego kaleckiano, e vice-versa!

2.4) A Noção de Desemprego Keynesiano

O desemprego keynesiano tal como encontrado na literatura moderna pode ser visto como uma variante do caso kaleckiano sendo que a demanda agregada é independente do salário real. Neste caso, a demanda agregada depende criticamente da relação entre gasto autônomo nominal e o salário nominal. Parte-se de uma equação de demanda agregada semelhante à do modelo kaleckiano supondo-se entretanto que a propensão a consumir é a mesma para salários e lucros:

$$pF(N) = mA \quad (7)$$

onde $m = 1/(1-c)$, $F'(N) > 0$ e $F''(N) < 0$. Esta relação corresponde à reta vertical no Gráfico 6. Substituindo p na equação de maximização de lucros,

$$F'(N) = w/p, \quad (8)$$

obtem-se:

$$f(N^*) = F(N^*)/F'(N^*) = m(A/w) \quad (9)$$

onde $df/dN = 1 - [(F \cdot F'')/F'^2] > 0$.

Logo, dado o multiplicador (m), um crescimento da relação A/w está associado a um crescimento no nível de emprego⁵.

Como se pode notar no Gráfico 6, o nível de emprego de equilíbrio pode ser menor que o nível de pleno emprego.

⁵ No lugar do multiplicador keynesiano, pode-se introduzir a equação quantitativa $pF(N) = MV$. Neste caso, o nível de emprego seria dado por $f(N) = MV/w$. Aqui, o nível de emprego estaria diretamente associado à quantidade real de moeda.

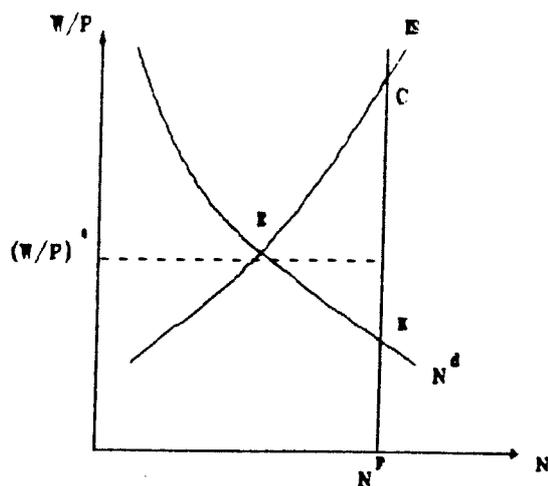


Gráfico 6

Ao contrário dos casos clássico ou kaleckiano, o salário real é *endógeno* neste modelo. Se há desemprego não é porque o salário real está muito alto ou muito baixo, mas porque a relação entre dispêndio nominal autônomo e salário nominal é muito baixa. Este modelo é uma aproximação do pensamento keynesiano moderno que vê na relação entre a política de demanda agregada e a determinação dos salários *nominais* os principais determinantes do nível de atividade na economia. Segundo Solow (1986, p. 30), por exemplo, "a estratégia correta é concentrar-se nas variáveis exógenas (e obviamente nas condições de equilíbrio). O que quer que se pense sobre o salário nominal, é pouco provável que o salário

real seja exógeno, com exceção de casos muito particulares".

Nickell (1982, p. 52), na mesma linha observa que se bem a relação entre crescimento do desemprego e do custo do trabalho seja sugestiva, "ela não nos leva muito longe... pois ambos, o desemprego e o salário real, são resultados e, de nenhuma forma, pode o último ser visto como o fator exógeno que determina o primeiro".

A principal mensagem destas duas observações é a de que a não ser em casos muito especiais (de economias pequenas e abertas ou quando de negociações a nível nacional para decidir a fixação de salários e preços), o que importa do ponto de vista da análise dos mercados de trabalho e bens é a fixação de salários nominais e dos preços. O salário real em geral é endógeno tanto quanto o próprio nível de emprego.

2.5) A Noção de Desemprego Involuntário

Segundo a definição da *Teoria Geral* de Keynes (e de fato aceita universalmente), há desemprego involuntário quando trabalhadores desempregados estão dispostos a empregar-se por um salário real igual ou marginalmente menor que o corrente e ainda assim não encontram ocupação. Esta definição entretanto não implica que seja facultado aos trabalhadores provocarem uma redução do salário real e, assim, crescimento do emprego. Aos trabalhadores cabe influenciar tão somente a determinação do salário nominal. O que ocorre com o salário real depende de decisões alheias à vontade dos trabalhadores. Portanto, a definição poderia ser reescrita da seguinte forma: há desemprego involuntário se, mesmo diante de uma redução do salário nominal, não cresce o nível de emprego e não cai o salário real.

De fato, pode-se argumentar que é precisamente a noção de impotência dos trabalhadores desempregados o que empresta ao

fenômeno de desemprego sua natureza *involuntária*. A seguinte passagem da *Teoria Geral* (p. 13) apóia esta interpretação:

"possivelmente não há um método a disposição dos trabalhadores como um todo capaz de igualar o equivalente em termos de bens-salário ao nível de salários nominais e a desutilidade marginal do nível de emprego corrente. Pode não haver nenhum expediente pelo qual os trabalhadores como um todo possam reduzir o salário real através de revisões do salário nominal".

No modelo keynesiano convencional, uma redução do salário nominal gera o crescimento do nível de emprego pois nem o multiplicador nem os gastos nominais dependem do nível de salários. Entretanto, a redução do salário nominal pode afetar negativamente o multiplicador ou o nível de gastos nominais de tal forma que o nível de emprego caia e o salário real aumente. Estes efeitos não fazem parte do modelo keynesiano convencional embora tenham revivido recentemente com trabalhos de dois dos mais proeminentes teóricos modernos — Hahn & Solow (1986).

3) O Efeito Keynes e a Abordagem Neo-Ricardiana

A teoria do emprego desenvolvida na *Teoria Geral* de Keynes é única pela centralidade que atribui ao salário nominal, não só como unidade contábil mas também como principal divisor de águas entre a análise estática (em que o salário é tomado como dado) e a análise dinâmica (em que o salário nominal é flexível). Neste sentido, no livro, a rigidez ou a flexibilidade do salário é fruto de uma opção essencialmente metodológica.⁶ No modelo dinâmico, variações no salário nominal induzem movimentos (em princípio imprevisíveis) no nível de emprego.

Uma diferença importante entre os modelos de desemprego das décadas de 1920 e 30 ou a análise keynesiana convencional desde pelo menos a década de 1960, e a análise desenvolvida na *Teoria Geral*, está no tratamento dado à rigidez ou flexibilidade do salário nominal. Nos modelos anteriores à publicação do livro bem como nos modelos do pós-guerra, ou os salários são tratados como rígidos (por razões de ordem institucional), ou senão sua flexibilidade funciona no sentido de restaurar uma situação de equilíbrio com pleno emprego. No primeiro caso, dado o salário nominal e o nível de preços, o salário real fica determinado e a análise do desemprego resume-se à determinação do nível de emprego compatível com a maximização de lucros das firmas. Se o salário nominal é flexível, entretanto, os efeitos Keynes e Pigou-Patinkin tratariam de restaurar a situação de pleno emprego.

⁶ Os demais parâmetros são a quantidade nominal de moeda, a propensão a consumir, o estado de preferência pela liquidez e as expectativas de longo prazo quanto ao rendimento dos investimentos.

3.1) A Análise de Keynes no Tratado

Keynes, no *Tratado sobre a Moeda* ((1930), apresenta uma análise (talvez a mais clara entre os escritos da época) do efeito restaurador do pleno emprego de variações no salário nominal. Na verdade, o argumento gira essencialmente em torno do efeito Keynes.⁷ A sequência causal típica do *Tratado* inicia-se com uma mudança na quantidade de moeda, ou uma mudança na taxa de juros. Qualquer destas mudanças implica uma discrepância entre as taxas de juros natural e de mercado, e conseqüentemente, entre os níveis de poupança e investimento. Uma redução na quantidade de moeda gera crescimento da taxa de juros praticada no mercado, excesso de poupança relativamente ao nível de investimento (que equivale a excesso de oferta no mercado de bens), e queda no nível de preços. Se os salários são rígidos, cai a lucratividade das firmas que passam a produzir e empregar menos. A redução dos salários, para compensar a queda dos preços tem o papel de restabelecer a lucratividade das firmas, que voltam a empregar.

A redução dos preços, legitimada pela queda dos salários, gera uma redução na demanda por moeda para fins de transação, e dada a oferta de moeda, uma redução na taxa de juros. A extensão deste efeito determina a rapidez com que os níveis de poupança e investimento voltam a se igualar, restabelecendo o equilíbrio. O retorno ao equilíbrio vem acompanhado de crescimento no nível de emprego: por um lado as firmas voltam a produzir mais devido ao crescimento da lucratividade; por outro, o nível de investimento aumenta, e o de poupança cai, com a queda da taxa de juros, e ambos os efeitos fazem crescer a demanda agregada, tornando possível a realização dos lucros das empresas. Assim, a queda dos salários, e seu efeito sobre a taxa de juros, são os mecanismos de ajuste por excelência neste processo.

⁷ A análise dos próximos parágrafos segue de perto o trabalho de Amadeo, *Keynes's Principle of Effective Demand*, pp. 59-65.

A predominância dos efeitos Keynes e Pigou-Patinkin⁸ é um elemento fundamental do pensamento keynesiano das décadas de 1960 e 1970. De fato, até hoje, entende-se por modelo keynesiano um modelo macroeconômico com salários nominais relativamente rígidos. Se os salários caem diante do crescimento do desemprego, os efeitos Keynes e Pigou-Patinkin restabelecem os níveis de emprego anteriores. Assim, a noção de equilíbrio com desemprego não passa de uma situação temporária decorrente da rigidez à baixa dos salários.

3.2) A Crítica Neo-Ricardiana

Uma corrente de pensamento pouco conhecida entre os círculos mais ortodoxos tem chamado atenção para a fragilidade da teoria do desemprego keynesiana. No lugar de considerar os efeitos deletérios para a criação de empregos da queda dos salários, os neo-ricardianos (Garegnani(1978-79), Eatwell (1983), Milgate (1982)), com base nos resultados da 'controvérsia do capital' da década de 1960, apontam para a fragilidade dos fundamentos teóricos por detrás da curva de demanda de investimento como principal causa da 'neo-classização' do pensamento keynesiano.⁹

Com base em um sistema de preços sraffiano, é possível mostrar que a relação entre a taxa de juros e o valor do estoque de capital não é monotônica. Portanto, que a curva de demanda por investimento (derivada da curva de demanda por capital) tampouco é monotonicamente relacionada com a taxa de juros. Supõe-se haver uma relação positiva entre o nível de poupança correspondente ao produto de pleno emprego da força de trabalho e a taxa de juros (a curva S nas figuras abaixo). O

⁸ O efeito Pigou-Patinkin, estabelece uma relação entre a queda dos salários e a diminuição do nível de preços e o crescimento da riqueza real dos agentes que passam a dispendir mais, gerando um aumento da demanda e do emprego.

⁹ A análise que se segue deriva do trabalho conjunto de Amadeo & Dutt (1989).

Gráfico 7 ilustra o caso em que a curva de demanda por investimento é monotonicamente decrescente (caso suposto por Keynes e keynesianos). Os Gráficos 8 e 9 ilustram os casos em que a relação é monotônica crescente (não prevista pela teoria keynesiana).

A crítica neo-ricardiana à teoria neo-clássica e keynesiana de distribuição e emprego baseia-se na possibilidade de inexistência ou instabilidade do equilíbrio de pleno emprego. No Gráfico 7, o equilíbrio de pleno emprego existe e é estável. Este é o caso 'bem comportado' usualmente presente nas análises keynesianas. No Gráfico 8, o equilíbrio existe mas não é estável. Um desvio marginal da posição de equilíbrio leva o sistema para um dos extremos do espectro distributivo. No Gráfico 9, o equilíbrio não existe, demonstrando a inconsistência de qualquer modelo que procure explicar a determinação das taxas de juros de longo prazo e do nível de emprego através deste aparato. Esta análise, baseada na possibilidade de 'reswitching' das técnicas de produção, aponta para a fragilidade de qualquer teoria que suponha uma tendência do sistema na direção da posição de equilíbrio entre investimento e poupança, e pleno emprego da força de trabalho.

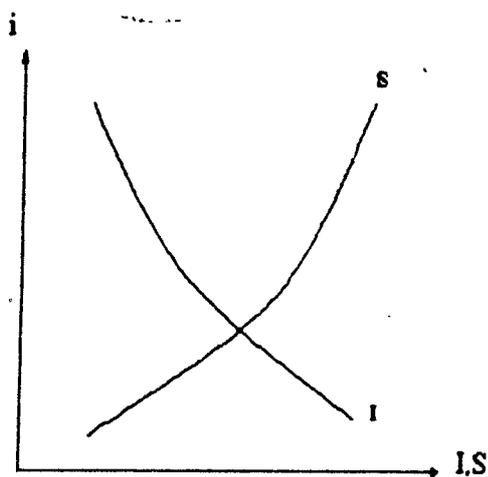


Gráfico 7

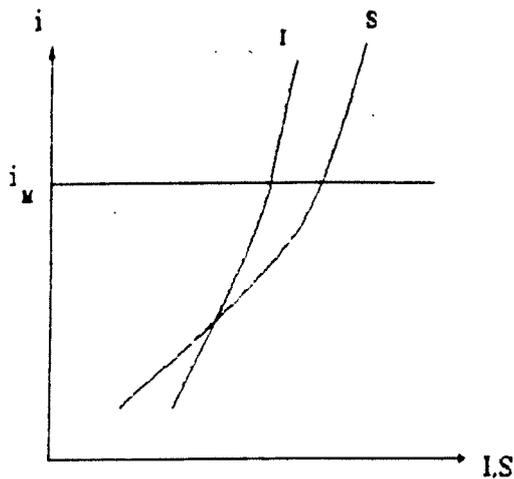


Gráfico 8

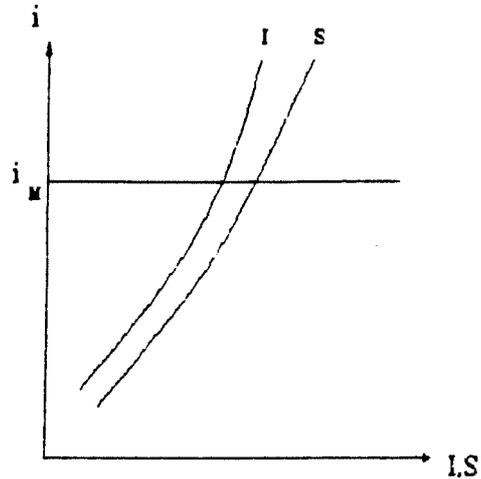


Gráfico 9

A tese neo-ricardiana é que, a princípio, não há razão para se supor que o sistema tenda para uma situação de equilíbrio com pleno emprego. Como é possível entretanto que um sistema com as características ilustradas nos Gráficos 8 e 9, seja capaz de iluminar a análise do comportamento de uma economia capitalista? Afinal, em ambos os casos, o sistema aparenta um grau de instabilidade maior que o observado. A solução parece estar na fixação da taxa de juros monetária e no ajuste via quantidades (emprego e produção) diante de discrepâncias entre os níveis de investimento e poupança de pleno emprego. Uma situação de desemprego crônica resultaria em ambos os casos se as autoridades monetárias fixassem a taxa de juros a um nível i_M . Esta estilização aparentemente não difere

da análise convencional que vê na rigidez dos salários ou na própria taxa de juros a causa do desemprego. Porém, a semelhança é limitada: no caso convencional (Gráfico 7), se não há rigidez, o sistema converge para uma posição de equilíbrio com pleno emprego. Nos dois outros casos, a 'flexibilidade' da taxa de juros acarreta uma onda de instabilidade. Neste sentido, a rigidez da taxa de juros pode ser vista como a âncora de um sistema inerentemente instável.

Assim, ao contrário da análise convencional, o que se destila do argumento neo-ricardiano, não é que a rigidez dos salários ou da taxa de juros é a causa do desemprego; mas que a flexibilidade da taxa de juros geraria uma onda de instabilidade e possivelmente mais desemprego.

4) Da Curva de Phillips à Teoria do Ciclo Real

A literatura sobre macroeconomia da segunda metade da década de 1960 e da década de 1970 foi dominada pelo debate em torno do suposto 'trade-off' entre desemprego e inflação. O debate sobre a inclinação da curva de Phillips e suas flutuações é por demais conhecido e dispensa uma análise mais detalhada¹⁰. O objetivo aqui é construir uma versão simples do desenvolvimento das idéias nesta literatura a fim de iluminar a discussão sobre as causas do desemprego.

Um modelo geral que sintetize esta literatura parte da curva de Phillips na versão de Friedman (1968), isto é, incorporando a inflação esperada à equação de excesso de demanda no mercado de trabalho:

$$W = P^e + g(U' - U) \quad g > 0 \quad (10)$$

onde W é a taxa de variação do salário nominal, P^e é a taxa de inflação esperada, g é um parâmetro que mede a velocidade de ajuste dos salários com relação ao excesso de demanda no mercado de trabalho, e U' é a taxa natural de desemprego e U a taxa de desemprego corrente. A esta equação é acoplada uma equação de demanda nominal, geralmente uma versão da teoria quantitativa da moeda:

$$P = D + V - G \quad (11)$$

onde D é a taxa de crescimento do estoque de moeda, V a taxa de variação da velocidade de circulação da moeda, e G a taxa de crescimento tendencial da economia. Fazendo $V = G = 0$, tem-se que:

$$P = D, \quad (12)$$

¹⁰ Para uma análise detalhada das controvérsias e principais conclusões ver Amadeu (1982).

isto é, que a taxa de inflação é dada pela taxa de crescimento da quantidade de moeda.

Em equilíbrio, tem-se que $U = U'$ e $W = P^e = D$. No curto prazo porém, se os trabalhadores formam suas expectativas de modo adaptativo, ou se há contratos salariais denominados em termos monetários, e a política monetária muda durante a vigência destes contratos, a taxa de desemprego pode desviar-se da taxa natural. Partindo de uma situação de pleno emprego, basta que, por exemplo, a taxa de inflação esperada seja menor que a observada, ou que os trabalhadores não sejam capazes de rever o acordo salarial dada uma expansão monetária, para que haja forças no sentido da taxa de desemprego observada ser menor que a taxa natural. Isto porque em qualquer dos dois casos, a queda do salário real abaixo daquele compatível com o pleno emprego induz as firmas a empregarem mais trabalhadores. No caso de erros expectacionais, os trabalhadores empregados estarão recebendo um salário menor do que supõem estar recebendo. No caso de contratos longos, haverá excesso de demanda no mercado de trabalho.

Este era o modelo padrão até a primeira metade da década de 1970. Quando então surge a noção de expectativas racionais com três postulados básicos: que firmas e trabalhadores maximizam intertemporalmente lucros e utilidade, respectivamente; que os mercados se equilibram continuamente; e que os agentes formam expectativas de modo 'racional'. Quanto ao primeiro ponto, a idéia principal refere-se ao processo de maximização intertemporal de uma função de utilidade de um trabalhador representativo:

"Um agente inicia um período com um estoque acumulado de riqueza. Ele se vê diante de trajetórias de preços ao longo do tempo ... Com base em suas preferências quanto à oferta de trabalho e demanda por bens ao longo do tempo, ele traça seu plano. Se há certeza quanto ao futuro, ele se vê formulando um

único plano sem revisões; se há incerteza, ele deve estabelecer planos de contingência, dizendo como ele reagirá diante de eventos imprevisíveis". (Lucas, 1976, p. 222).

O principal objetivo dos formuladores da teoria das expectativas racionais é explicar os ciclos econômicos entendidos como movimentos conjuntos de preços e salários com base no comportamento do agente representativo. A estória por detrás da teoria dos 'ciclos reais' começa com um "trabalhador-produtor que ... chega ao seu local de trabalho, observa o preço [salário] sendo pago, determina o número de horas a trabalhar naquele dia, vende seu produto, vai para casa e relaxa" (Lucas, 1976, p. 224).

Diante do salário nominal observado, o trabalhador deve tomar uma decisão intertemporal sobre a oferta de emprego ao longo do tempo. Supondo que ele saiba que o nível de preços está fixo, sua decisão se fará observando o salário real corrente. Aqui é importante que se faça a distinção entre mudanças temporárias e permanentes do salário real. A idéia é que o trabalhador reage a mudanças transitórias no salário real mas não a mudanças permanentes. Se o salário hoje é percebido como transitóriamente maior que a média, o trabalhador trabalhará mais; uma mudança permanente no salário entretanto terá um efeito pequeno sobre a oferta de trabalho.

Diante de um crescimento do salário real, o trabalhador-produtor deve considerar suas expectativas quanto ao caráter transitório ou permanente da mudança. Ele faz isto se utilizando da experiência passada. Se no passado, a maior parte das mudanças foi transitória, ele estará mais propenso a esperar que mais uma vez a mudança observada seja transitória. Isto é, sua decisão dependerá da variância relativa de mudanças temporárias e permanentes no passado.

Dando um passo adiante, pode-se supor que o trabalhador observa variações no salário nominal mas desconhece o movimento do nível de preços. Sua decisão intertemporal dependerá não apenas da natureza dos movimentos observados do salário nominal mas também da expectativa do movimento dos preços. Segundo o terceiro postulado mencionado, os agentes formam suas expectativas de modo racional. Isto significa que a formação de expectativas se baseia no melhor uso das informações disponíveis. Na sua versão mais forte, a hipótese de expectativas racionais supõe que os agentes conhecem o funcionamento da economia (conhecem o 'modelo relevante') e são capazes de antecipar o efeito de mudanças exógenas. No caso particular do modelo desenhado acima, supõe-se que o trabalhador produtor toma suas decisões supondo (corretamente) que no longo prazo, a taxa de inflação corresponde à taxa de crescimento da oferta de moeda, isto é,

$$P^e = P = D \quad (13)$$

Como os mercados se equilibram continuamente (isto é, os contratos são revistos dia-a-dia), o salário real esperado corresponde continuamente ao salário real observado, e a taxa de desemprego corresponde continuamente à taxa natural ($U = U'$).

A origem dos ciclos segundo esta abordagem está intimamente associada ao comportamento da oferta de trabalho; que por sua vez depende da percepção dos trabalhadores-produtores quanto à natureza das mudanças no salário nominal e à capacidade que têm de formar expectativas corretas. Se há desemprego, ou ele é natural, ou é transitório devido à incapacidade dos trabalhadores em estimar corretamente o movimento dos salários e da quantidade de moeda em circulação. A principal conclusão da teoria diz respeito à eficácia das políticas econômicas. Se os agentes conhecem o modelo relevante que rege o comportamento da economia, e têm

acesso às informações relevantes, as políticas econômicas somente serão efetivas se surpreenderem os agentes. Uma política anunciada será, em princípio, inócua no seu efeito sobre as variáveis reais.

Várias críticas têm sido feitas à teoria dos ciclos reais. A primeira delas diz respeito à hipótese do trabalhador representativo que parece um tanto irreal. Em geral, como a força de trabalho é heterogênea, é possível argumentar que cada trabalhador tem uma curva de oferta diferente. Além disto, há restrições institucionais e tecnológicas que fazem com que a maior parte da força de trabalho esteja empregada 'full time' ou não esteja empregada — não há a opção de escolha praticamente diária do número de horas a trabalhar. Sendo assim, é razoável supor que o relevante na mensuração do desemprego diga respeito ao número de trabalhadores desempregados e não ao número de horas trabalhadas, como sugere a abordagem dos ciclos reais.

Outra crítica diz respeito à hipótese de formação de expectativas com base em um 'modelo relevante', isto é, um modelo que de fato descreva o comportamento da economia. Por mais apelo que esta hipótese possa ter do ponto de vista teórico, no plano prático ela é heróica pois não há como imaginar que dois economistas tenham um mesmo modelo na cabeça. Logo, se há mais de um modelo, e os agente agem de acordo com o modelo que mais lhe atrai, não há como prever o resultado de uma política econômica nem tampouco levar adiante o argumento da ineficácia das políticas econômicas.

Há ainda a crítica à natureza essencialmente voluntária do desemprego. Como nota Blinder (1987, p. 131), para Lucas, "um trabalhador desempregado está ocupado em uma busca inteligente ou em uma substituição intertemporal proposital... [U]ma pessoa desempregada ... pode engraxar sapatos em uma estação de trens ou vender maçãs em uma esquina. Se ela não

está fazendo nenhuma das duas coisas, está *escolhendo* não fazer." Blinder procura arrolar alguns fatos estilizados que apontam para o caráter involuntário do desemprego: quando cresce o desemprego, o que há são dispensas e não desistências propositais; a maior parte dos desempregados (nos Estados Unidos) está desempregada por um longo período de tempo o que reduz as chances de estarem ocupados com substituições intertemporais.

5) Flexibilidade Salarial, Instabilidade e Desemprego ¹¹

Nesta seção sugere-se uma interpretação da teoria do desemprego e do papel da flexibilidade dos salários nominais na *Teoria Geral* de Keynes. Há três razões que justificam o interesse especial dispensado ao tratamento dado por Keynes à flexibilidade dos salários: em primeiro lugar, o fato da sua análise ser ainda até hoje a mais profunda e abrangente sobre o assunto; em segundo, o fato de colocar em evidência um equívoco no desenvolvimento do pensamento keynesiano que ignorou solenemente a análise da variação dos salários¹²; em terceiro, pelo interesse recente demonstrado pelo tema por economistas keynesianos e neo-clássicos¹³.

Keynes foi enfático ao negar que sua teoria do desemprego dependia da rigidez dos salários nominais. Ao supor dados os salários¹⁴ Keynes (JMK, VII, p. 27) nota que esta simplificação, que seria abandonada posteriormente, é introduzida apenas para facilitar a exposição. A característica essencial do argumento é precisamente a mesma se os salários nominais, etc., são sujeitos a mudanças.

De fato, pode-se argumentar que a teoria de Keynes difere da teoria clássica precisamente neste ponto. A rigidez dos salários nominais e reais era (como até hoje é e isto

¹¹ A análise desta seção segue de perto o trabalho de Dutt & Amadeo (1989).

¹² Hoje parece haver ampla concordância entre os economistas anglo-saxões de que "a principal característica da macroeconomia keynesiana que a distingue da economia clássica é o postulado da rigidez de alguma variável nominal..." (McCallum, 1987, p 126).

¹³ Em particular, De Long & Summers (1984) e Hahn & Solow (1986).

¹⁴ É preciso distinguir o termo 'dado', que se refere a uma opção essencialmente metodológica de tomar uma variável como parâmetro, do termo 'rígido' que resulta da observação empírica da realidade e assume papel de fato estilizado no modelo.

ficará claro na seção 6) um elemento central da teoria clássica do desemprego. A análise do próprio Keynes no *Tratado*, como demonstrado na seção 3, dependia da rigidez salarial para explicar o aparecimento de desemprego. Em 1936, Keynes (p. 257) tinha consciência do papel desempenhado pela rigidez na análise clássica:

"... a teoria Clássica se acostumou a associar a capacidade de auto ajustamento do sistema econômico à suposta fluidez dos salários nominais; e, a responsabilizar a rigidez pelo mal ajustamento".

Há duas partes distintas na análise da *Teoria Geral*. Uma em que o salário nominal é dado, isto é funciona como parâmetro do modelo; e outra em que o salário é flexível, vale dizer, responde a estímulos gerados pelas condições de oferta e demanda no mercado de trabalho. A primeira parte --do modelo estático-- refere-se à determinação da configuração de equilíbrio em que as variáveis endógenas por excelência são os níveis de emprego, produção e preços. É possível que o nível de emprego assim determinado não corresponda ao pleno emprego da força de trabalho. Se este for o caso, tem-se a situação de equilíbrio com desemprego. No modelo dinâmico ou histórico, do capítulo 19 da *Teoria Geral*, Keynes abre mão da hipótese de salários dados, e mostra qual o argumento, segundo a abordagem clássica, para que a redução dos salários leve ao crescimento do emprego. O argumento é o mesmo utilizado por ele no *Tratado*: a queda dos salários gera um deslocamento da curva de custo marginal que resulta no crescimento do emprego e produção dadas as condições de demanda e o preço esperado. A rigor, é um argumento de equilíbrio parcial que ignora os efeitos sobre a demanda agregada. O resto do artigo examina estes efeitos.

Os efeitos da queda dos salários são vários e muito conhecidos entre uma minoria de estudiosos da *Teoria Geral* mas não da grande maioria dos economistas. São eles:

1º A redistribuição de renda de assalariados para outros grupos, e de empresários para rentistas (em consequência da redução dos preços); o efeito sobre o nível de emprego depende das propensões a poupar dos diferentes tipos de rendas mas, em geral, o efeito líquido deve ser contracionista;

2º Resultará em crescimento do investimento se há expectativas de que a queda dos salários se reverterá no futuro; levará à queda dos investimentos se houver expectativas de manutenção da tendência à queda dos salários;

3º A redução do nível de preços fará cair a demanda por moeda gerando pressões à baixa sobre a taxa de juros e estimulando o investimento. Entretanto, se a deflação gerar fuga dos ativos reais (em particular bens de capital) devido ao crescimento da taxa de juros real, e crescimento da demanda por moeda, o efeito líquido será contracionista¹⁵;

4º. Pode gerar efeitos positivos sobre o 'animal spirits' dos empresários mas pode também provocar reações contestatórias por parte dos sindicatos;

5º O efeito sobre os devedores da queda dos preços pode levar a falências com repercussões sobre o comportamento dos demais agentes. O efeito positivo sobre a riqueza dos credores pode vir a não se concretizar;

6º Em uma economia aberta, a redução do nível de preços pode estimular as exportações e reduzir importações, gerando efeitos expansionistas se a taxa de câmbio permanecer fixa.

Keynes (JMK. VII, p. 266) nota que "este não é um catálogo completo das reações possíveis da redução dos salários ... [mas] cobre aqueles que são mais importantes." Ao

¹⁵ Este é o argumento de De Long & Summers (1984), também discutido por Hahn & Solow (1986).

fim de sua discussão sobre estas reações, Keynes observa que o efeito sobre a taxa de juros e o investimento é aquele a que deveriam ater-se os que crêm na capacidade do sistema de auto ajustar-se. De fato, ao nível dos efeitos sobre a demanda agregada, este é o efeito a que ele próprio se atém no *Tratado*. Entretanto, se o principal efeito expansionista se dá via crescimento da quantidade real de moeda, porque depender da queda dos salários com seus efeitos colaterais? Porque não fazer política monetária ativa? ¹⁶

O fato é que, segundo esta análise, não há porque ser otimista quanto à capacidade do sistema de ajustar-se via reduções do salário nominal. Mais que isso, os efeitos mais promissores poderiam ser substituídos por uma política monetária ativa, sem as ambiguidades associadas à deflação. Por último, dois pontos ainda não explorados: Keynes não via a flexibilidade dos salários como parte dos fatos estilizados da época (e hoje isto parece ser ainda mais verdadeiro), e via a estabilidade dos salários como a melhor política salarial a ser perseguida:

"O principal resultado [da política de salários flexíveis] seria causar uma grande instabilidade dos preços, talvez tão violenta a ponto de tornar irrelevantes os cálculos capitalistas..." (JMK, VII, p. 268).

A rigidez dos salários está longe de ser a causa do desemprego segundo a análise da *Teoria Geral*. Por outro lado, a sua flexibilidade é indesejável por aumentar o potencial de instabilidade do sistema. Daí a razão de haver certa racionalidade implícita no comportamento dos agentes ao recusar a flexibilidade dos salários e preços. Como sugere Dutt (1986-87), portanto, não é a rigidez dos salários a causa do desemprego, mas o desemprego decorrente da instabilidade associada à flexibilidade dos salários que provoca um

¹⁶ Keynes tinha razões para supor que durante uma recessão, políticas monetárias seriam pouco eficazes; mas este é um problema a parte.

comportamento inercial de preços e salários.

6) Ressurgimento do desemprego e novas interpretações¹

Ao longo desta seção discutiremos algumas das principais interpretações para a nova onda de desemprego aberto em países da OECD. Ainda que essencialmente teóricas, estas abordagens têm como foco de análise a experiência recente daqueles países. Assim, o grau de abstração da análise daqui em diante passa a ser relativamente menor em comparação com as primeiras seções. A fim de orientar a apresentação, listamos a seguir os principais pontos e questões abordados nas recentes interpretações sobre a performance macroeconômica das economias capitalistas, e o desemprego em particular.

Em primeiro lugar, cabe observar desde já que, com raras exceções (Bruno & Sachs, Solow e Blanchard & Summers entre as mais notáveis), há consenso na literatura de que o desemprego dos anos 80 é do tipo clássico, vale dizer, está associado ao fato dos salários reais estarem demasiadamente altos ou ao fato de terem crescido muito relativamente à produtividade. Em quase todos os trabalhos pesquisados, não só há consenso quanto à correlação entre salários reais e taxas de desemprego, como há também razoável concordância quanto à causalidade entre as duas variáveis: devido a fatores institucionais (essencialmente ligados à organização do mercado de trabalho), os salários reais que maximizam o lucro das empresas impedem que um número maior de trabalhadores esteja empregado. Neste sentido, a matriz teórica da interpretação sobre a recente onda de desemprego é a mesma observada na década de 1930. Os salários são vistos essencialmente como fator de custo na produção, e seu papel sobre a demanda agregada é visto como residual, se tanto. Por isto desde já, deve estar claro que nenhum vestígio de desemprego do tipo kaleckiano será identificado na análise. Quando muito, veremos respingos de heterodoxia e teorização *ad-hoc* (especialmente verdadeiro no caso de Blanchard & Summers) como únicas fontes

1. No apêndice apresentamos dados que servem de base para avaliar a relevância e a pertinência das novas interpretações sobre a performance das economias da OECD.

de contestação à visão clássica.

Diante do consenso quanto à natureza clássica da nova onda de desemprego, parece interessante apresentar um modelo estilizado baseado na curva de Phillips que expresse a visão comum entre os observadores². O modelo parte de uma equação de salário do tipo:

$$W = P^e - g(U - U') + R^*, \quad g > 0 \quad (14)$$

onde W é a taxa de variação do salário nominal; P^e a taxa de inflação esperada; U a taxa de desemprego corrente; U' a taxa natural de desemprego; R^* o salário real desejado que seria incorporado ao crescimento do salário nominal quando $U = U'$. Pode-se supor que a taxa de inflação seja dada por uma regra de mark-up fixo de tal modo que:

$$P = W - R \quad (15)$$

onde R é a taxa 'possível' de crescimento do salário real, que depende essencialmente do crescimento da produtividade do trabalho e do custo nominal dos demais insumos variáveis. Substituindo a equação de salário na equação de preço obtém-se:

$$P = P^e - g(U - U') + (R^* - R) \quad (16)$$

Assim, a relação entre as taxas de inflação e desemprego depende da inflação esperada e da diferença entre os salários reais desejado e possível, além do parâmetro g . A explicação corrente para o crescimento do desemprego está na redução do salário 'possível' devido à queda no crescimento da produtividade em quase todos os países da OECD e a mudança dos termos de troca devida aos choques do petróleo. Obviamente a taxa de desemprego cairá tão menos quanto mais crescer a inflação. Como em quase todos os países foram implementadas

² Este modelo é devido a Layard (1986).

políticas contracionistas para reduzir o impacto inflacionário do choque de oferta (principalmente após 1979), a variável endógena por excelência torna-se a taxa de desemprego.

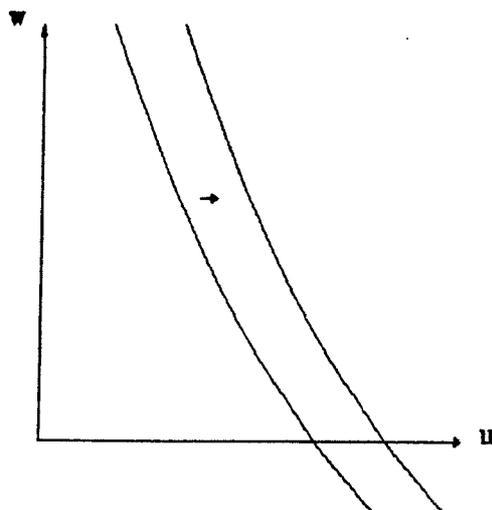


Gráfico 10

Em geral, a nova onda de desemprego e sua persistência nos países da OECD são interpretadas como resultado de um deslocamento da curva de Phillips (tal como representado no Gráfico 10), ou seja um crescimento da taxa de desemprego consistente com a estabilidade da taxa de inflação.

Os modelos discutidos a seguir buscam explorar essencialmente as causas das diversidades entre as experiências das diferentes economias da OECD diante de choques mais ou menos comuns. Algumas economias foram mais bem sucedidas quanto à taxa de desemprego, outras conseguiram bons resultados no que concerne a contenção da taxa de inflação e ainda há um terceiro grupo de países que alcançou sucesso nos dois

"fronts". As políticas variam entre medidas de demanda cujo objetivo é explorar o *trade-off* entre inflação e desemprego e políticas negociadas entre sindicatos e empregadores cujo objetivo é reduzir a diferença entre os salários desejado e possível.

Dentre os aspectos institucionais do mercado de trabalho mais discutidos, destacam-se: a taxa de densidade sindical e o grau de centralização da organização sindical e barganha salarial. As questões e hipóteses mais enfatizadas neste sentido, podem ser sintetizadas como a seguir:

- Pode-se atribuir ao excesso de regulamentação do mercado de trabalho e à política dos sindicatos a tendência estagnacionista de algumas economias européias tais como a inglesa? E o relativo sucesso da economia americana (na criação de empregos e baixa taxa de desemprego) à flexibilidade do mercado de trabalho -- isto é, ausência de regulamentações e fragmentação da organização sindical e do processo de barganha salarial?

.. Há alguma correlação entre flexibilidade no mercado de trabalho e flexibilidade do salário (real e/ou nominal)? Entre os graus de densidade sindical, centralização e dispersão salarial?

- Há alguma relação sistemática entre centralização e sincronização da barganha salarial e performance macroeconômica? Será monotônica esta relação? Qual o papel das estruturas sociais 'neo-corporativistas'?

- Que diferença faz as políticas de seguro-desemprego e de treinamento e retreinamento da força de trabalho, vale dizer políticas específicas dirigidas à compatibilização entre oferta e demanda por trabalho?

- Que papéis cumprem as políticas monetária e fiscal?

6.1) *Profit squeeze* e desemprego clássico

Os trabalhos de Sachs (1979, 1983) e Bruno & Sachs (1985) têm-servido de ponto de referência para as várias interpretações sobre a nova onda de desemprego na OECD. Desde finais de 60, observa-se em países da OECD, com exceção de EUA e Canadá, crescimento do custo do trabalho devido ao crescimento dos salários vis-à-vis a produtividade e a mudança nos termos de troca após o choque do petróleo de 1973³. Segundo Bruno & Sachs o crescimento dos salários decorreu da atitude agressiva dos sindicatos que saíam de um período de políticas de rendas pouco favoráveis aos salários, e dos elevados níveis de emprego no final dos anos 60. Desde então, salários reais elevados e baixa lucratividade provocaram políticas de austeridade macroeconômica fora da América do Norte. E contribuíram também para a redução no crescimento do emprego, do produto e da formação de capital (Sachs, 1979, p.285).

Apesar da ambiguidade dos resultados econométricos quanto a relação entre o custo do trabalho e o nível de atividade⁴, Bruno & Sachs obtêm resultados que confirmam a tese consensual entre os observadores de que a principal causa do ciclo de desemprego na OECD e, principalmente na Europa, é o esmagamento dos lucros e, portanto, as limitações impostas pela oferta e não tanto pela demanda. Isto é verdade não só para o período 1969-72 quanto para o período 1973-79. No segundo período porém, há segundo o próprio Sachs (1983), uma considerável dose de desemprego keynesiano devido às políticas recessivas impostas pelos governos europeus.

Bruno & Sachs (1985) concentram-se no argumento baseado na elevação do custo do trabalho, e baseiam-se em uma análise típica do modelo keynesiano com salários rígidos (ver

³ Ver Glyn et al (1988) para uma análise semelhante baseada na abordagem da regulação.

⁴ Ver Michie (1987) para resenha da literatura.

seção 4.3). Com esta análise, Bruno & Sachs procuram diferenciar economias com salários nominais rígidos de economias com salários reais rígidos, e o efeito desta diferença sobre a eficácia de políticas econômicas.

Em economias em que o salário nominal ajusta-se lentamente (porque há contratos de longo prazo como no modelo de Fischer (1977)), uma política monetária expansionista ou um choque inflacionário podem fazer crescer o emprego via redução do salário real. O efeito da política monetária sobre o nível de preços no modelo ocorre porque a taxa de câmbio se deprecia diante da expansão da oferta monetária, gerando pressões inflacionárias. O efeito do choque de oferta sobre o nível de preços é imediato, enquanto os salários custam a ajustar-se.

Se o salário real, ao contrário, é relativamente estável, a política monetária afeta apenas a taxa de inflação: uma redução na oferta de moeda faz cair preços e salários mais ou menos simultaneamente. Não há praticamente nenhum efeito sobre produto e emprego pois o custo do trabalho permanece o mesmo. Bruno & Sachs identificam as economias americana e canadense com o primeiro caso, e as economias européias e japonesa com o segundo. As principais conclusões destiladas do argumento de Bruno & Sachs são as seguintes:

1.) Políticas de demanda (em particular, monetária) somente podem afetar o nível de emprego quando o processo de formação de salários nominais é de longo prazo, ou quando há um baixo grau de indexação dos salários, ou ainda quando as condições no mercado de trabalho são tais que os sindicatos são incapazes de proteger os salários da inflação. Em economias como estas, políticas de deflação tendem a funcionar. Por outro lado, a política monetária é relativamente impotente no combate à inflação.

2.) Em economias em que o salário real é relativamente rígido (contratos curtos, alto nível de indexação), políticas monetárias expansionistas não afetam o

nível de emprego através do efeito sobre o custo de produção; afetam apenas a taxa de inflação. Nestas economias, políticas de demanda restritivas tendem a gerar desemprego de tipo keynesiano e pequeno efeito sobre o salário real. Este parece ser o diagnóstico de Bruno & Sachs para a maior parte dos países europeus após 1979.

3.) Nas economias em que os salários são fixados centralmente, a única forma de afetar os salários reais é via um acordo que reduza as demandas dos sindicatos.

Bruno & Sachs associam estas características do processo de fixação de salários a diferentes instituições do mercado de trabalho e, em particular, àquelas associadas ao processo de barganha salarial. A principal conclusão a que chegam (de fato, uma conclusão que tornou-se muito popular na literatura) é de que os países 'neo-corporativistas' --em que o processo de barganha salarial é centralizado e o grau de densidade sindical muito elevado-- foram os que atingiram melhores índices de performance econômica medida pelas taxas de desemprego e inflação. Os argumentos de Bruno & Sachs serão retomados na discussão sobre a noção de neo-corporatismo mais adiante.

Bruno & Sachs referem-se *en passant* a uma variante da noção de desemprego kaleckiano. De fato, esta hipótese não conta com muitos adeptos, a não ser quando se refere à distribuição internacional da renda. O argumento aparece em Bruno & Sachs (1985) e Blinder (1981) ao sugerirem que parte dos problemas de desemprego na segunda metade da década de 1970 pode ser atribuída ao baixo nível de absorção interna dos países da OPEP para os quais foi transferida uma soma considerável de recursos após 1973.

6.2) A persistência do desemprego

Uma das questões mais discutidas entre as recentes interpretações sobre o fenômeno do desemprego é a sua persistência, ou o fato de que não se observa uma tendência à

queda do desemprego nem mesmo nos países onde ele cresceu menos. Para os economistas com forte influência da teoria do ciclo real, e, dentre estes, os economistas norte-americanos são a maioria, deveria haver uma tendência ao retorno do sistema à taxa de desemprego natural. Afinal, segundo a tese das expectativas racionais, desvios em torno da taxa natural resultam de choques estocásticos somados a erros expectacionais ou precariedade na difusão de informações, e por isto temporários.

Blanchard & Summers (1987a, 1987b e 1988) argumentam que a persistência do desemprego deve-se a fatores inerciais: o desemprego hoje é fortemente afetado pelo desemprego de ontem. Daí referirem-se à noção emprestada da física de *histeresis*, ou seja, equilíbrios dependentes da trajetória do sistema (*path-dependent*). Assim, um choque de oferta ou demanda que gere desemprego, pode ser suficiente para explicar um período prolongado de desemprego e não apenas um desvio temporário em torno do nível de desemprego de equilíbrio anterior ao choque.

Além do mais defendem que a principal causa da persistência do desemprego é o fato dos sindicatos tenderem a representar os interesses dos trabalhadores empregados (*insiders*) e não dos desempregados (*outsiders*); bem como o fato de que os trabalhadores desempregados a mais tempo têm ainda menos influência sobre a atuação dos sindicatos que os empregados a menos tempo. Assim, há uma tendência a que o salário nominal negociado pelos sindicatos seja compatível com a manutenção do nível de emprego corrente. Os sindicatos negociam salários nominais que, a não ser em caso de novos choques, estão associados a um nível de demanda real semelhante ao do período anterior. Daí a noção de *histeresis* ou, para usar um jargão sulista, a idéia de desemprego inercial⁵.

⁵ Este modelo pode ser visto como uma versão do modelo keynesiano da década de 1970 (a la Fischer (1977)), em que por razões institucionais (aqui associadas à clivagem de interesses entre empregados e desempregados), o salário nominal torna-se rígido. Neste caso, como sugere o modelo de desemprego

A idéia pode ser formalizada de modo simples. Tomemos como base o modelo desenvolvido na seção 4.2 segundo o qual, dados o salário nominal (w'), a demanda agregada nominal (A), o multiplicador (m) e a tecnologia, o nível de emprego de equilíbrio era dado por:

$$f(N^*) = m (A/w') \quad (17)$$

onde $f(N) = F(N)/F'(N)$.

Se o nível de emprego N^* é menor do que a oferta total de trabalho ao salário vigente, dados A e m , e os trabalhadores já empregados (*insiders*) decidem fixar o nível de salários em $w = w'$, o nível de emprego no período seguinte será de novo N^* . Deste modo, se perpetua o desemprego. Obviamente, nestas circunstâncias, a única solução para romper o círculo vicioso é a adoção de uma política de demanda expansionista sem que seja possível aos *insiders* ajustarem seus salários nominais de modo a neutralizar a política.

Como foi discutido no capítulo 3, Lindbeck & Snower (1987a, 1987b, 1988) procuram fundamentar a capacidade dos *insiders* de fixar salários nominais maiores que aqueles normalmente associados à situação competitiva no mercado de trabalho. A idéia é que os trabalhadores já empregados negociam o salário nominal e, conhecida a curva de demanda pelo produto e na ausência de choques, o nível de emprego. Além disso, os trabalhadores empregados contam com uma importante arma de keynesiano discutido na seção 3.2, uma expansão da demanda nominal seria suficiente para retirar a economia desta armadilha. Como argumenta Keynes na *Teoria Geral*, se o problema é a rigidez dos salários nominais vis-à-vis a demanda nominal, a flexibilização dos salários pode ser substituída por uma política monetária expansionista. Por outro lado, se os sindicatos são capazes de definir o salário real, o caso seria de desemprego clássico: os 'insiders' dos sindicatos são capazes de fixar o salário real a um nível incompatível com o crescimento do emprego. Neste caso, políticas de demanda são impotentes. De novo, como no modelo de Bruno & Sachs, o salário real, enquanto fator determinante da demanda agregada, não cumpre nenhum papel.

negociação: sua influência sobre o custo da rotatividade da força de trabalho. Os empregadores devem incorrer não apenas em custos para demitir (fixados em lei ou negociados) e admitir novos trabalhadores, mas também em custos decorrentes da atitude hostil dos *insiders* em relação aos trabalhadores entrantes no processo de produção e do controle sobre a produtividade dos próprios *insiders*. A sugestão portanto é de que a rotatividade como instrumento para reduzir o custo do trabalho nem sempre é lucrativa, e que a lucratividade desta operação não é independente da atitude dos trabalhadores empregados.

O que ocorre então se há um choque de demanda ou oferta que desloque a curva de demanda por trabalho para a esquerda? Em uma situação 'competitiva', cairiam o salário nominal e o nível de emprego. No caso em que os *insiders* afetam o custo da rotatividade, é possível que o salário nominal permaneça no seu nível original e a totalidade do ajuste se dê via redução no nível de emprego. Isto porque, os *insiders* poderiam aumentar o custo da rotatividade se a firma resolvesse contratar trabalhadores a um salário menor. Do mesmo modo, se há um choque favorável, que desloque a curva de demanda para a direita, os *insiders* podem forçar um crescimento dos salários nominais de tal modo que a quantidade de trabalho permaneça igual. Lindbeck & Snower referem-se ao termo 'persistência assimétrica' para designar estes dois movimentos do salário e do nível de emprego.

Em um sistema de determinação descentralizado de salários em que ambos *insiders* e *outsiders* têm voz igual e não há custos de demissão e admissão, dado um choque recessivo, a competição entre desempregados e empregados supostamente faz cair o salário de tal modo que o nível de emprego seja pouco abalado, e o seja apenas temporariamente. Os modelos que exploram a clivagem entre *insiders* e *outsiders* (ver também Newell & Symons (1987)) sugerem que, se o poder de barganha dos *insiders* é maior que o dos *outsiders*, diante do choque, os salários tornam-se muito altos e o nível de emprego baixo, não

só no curto prazo, mas possivelmente, num prazo mais longo. Neste sistema, não só a decisão dos sindicatos é dominada pelo interesse dos *insiders*, mas há também a idéia de que os membros que porventura percam seus empregos possam encontrar empregos em outros setores ou indústrias. Se esta atitude se generaliza na economia, aos trabalhadores que se encontram inicialmente desempregados demitidos restam três opções: ou permanecem desempregados ou procuram empregos menos qualificados ou tentam se empregar no setor informal.

Logo, a conclusão derivada destes modelos é que em um sistema descentralizado em que a clivagem entre *insiders* e *outsiders* é relevante -- e há razões para supor que geralmente isto ocorre -- choques recessivos de oferta ou demanda tendem a *dualizar* o mercado de trabalho e gerar elevadas taxas de desemprego. Este resultado é menos provável em um sistema de determinação de salários centralizado em que os sindicatos não podem assumir a clivagem entre os dois grupos de trabalhadores pois representam o total dos trabalhadores sindicalizados na economia -- que tendem a ser a grande maioria⁶.

Isto não significa que problemas de desemprego próprios do sistema centralizado não ocorram (a próxima seção está dedicada a estes problemas), mas apenas que sua origem não está na clivagem de interesses entre trabalhadores. Não há dúvida porém, de que, em geral, o desemprego é um problema menos presente em economias com sistemas de negociação centralizados.

6.3) Centralização, políticas acomodativas e desemprego

⁶ De fato, como notam Newell & Symons (p. 578) as instituições que caracterizam o sistema neo-corporativista faz com que "'outsiders' tornem-se 'insiders' no que se refere à barganha salarial".

Modelos têm sido desenvolvidos com base na experiência de países como Suécia, Dinamarca, Finlândia, Áustria, Noruega, Holanda, Bélgica e Alemanha em que o processo de barganha salarial é centralizado. Ainda que os sindicatos a nível setorial e da firma sejam importantes e tenham um papel na determinação dos salários em cada uma destas instâncias, a base da negociação salarial se dá a nível nacional. Em geral a(s) central(is) sindical(is) negociam com as associações patronais o nível de salário em intervalos curtos (1 ano ou menos), e as firmas decidem sobre o nível de emprego. Obviamente, as firmas indicam no processo de negociação o nível de emprego associado a cada nível de salário dado o nível de demanda esperado. Assim, a princípio, os sindicatos negociam os salários nominais e as firmas definem o nível de emprego. O governo nestes modelos, gera as políticas monetária e fiscal com dois objetivos: a manutenção de altas taxas de emprego (pode-se falar de políticas de emprego acomodativas) e baixo nível de déficit público.

Dentre os aspectos mais interessantes destes modelos estão a análise da estratégia dos sindicatos em sistemas de negociação centralizados, a interação entre a estratégia sindical e a política do governo e seus efeitos sobre os níveis de emprego e salário real. Os modelos desenvolvidos nesta linha ⁷ partem da hipótese de que os sindicatos buscam fixar o salário real de um trabalhador representativo maximizando uma função de utilidade esperada do tipo:

$$U = (N/N_f)[V(w-t)+Z(G)] + (H/N_f)[V(b)+Z(G)] \quad (18)$$

onde: N é o nível de emprego;

N_f a força de trabalho;

H o número de desempregados (logo: $H = N_f - N$);

w o salário nominal;

t o imposto sobre salário (*lump-sum tax*);

G os gastos do governo que correspondem também ao nível

⁷ Ver Calmfors & Horn (1985); Calmfors & Driffil (1988), Calmfors (1985); Oswald (1985).

de emprego público;

b o seguro desemprego por trabalhador (sendo $w-t > b$);

V a utilidade associada a rendimentos ($V' > 0$; $V'' < 0$);

Z a utilidade associada a consumo de bens públicos ($Z' > 0$ e $Z'' < 0$).

Supõe-se normalmente que o desemprego é alocado aleatoriamente dentro da força de trabalho. Com isso as proporções de trabalhadores empregados (N/N_f) e desempregados (H/N_f) são também as probabilidades do trabalhador representativo ficar empregado ou desempregado.

Dados os gastos do governo, a alíquota do imposto de renda e o salário desemprego, pode-se representar no espaço $(w/p, N)$ uma curva de indiferença entre o nível de emprego e o salário real: para o trabalhador representativo, há um *trade-off* entre um salário maior e o risco de ficar desempregado. No Gráfico 11, a reta NN representa a curva de demanda total de trabalho para um *dado* nível de gastos do governo:

$$N = N(w/p) + G' \quad (19)$$

onde $N(w)$ ($N' < 0$) representa a curva de demanda do setor privado e G' os gastos fixos do governo. O gráfico tem um ponto de quebra em $\left[\frac{w}{p} \right]_{\max}$ a partir do qual não vale mais a pena para nenhuma firma do setor privado empregar alguém, logo a este nível de salário real só o governo demanda trabalho. O ponto I representa a melhor combinação do ponto de vista dos trabalhadores dados G' e os demais parâmetros, além da tecnologia e da demanda esperada pelas firmas. Porém nada impede que por falta de informação ou qualquer outra razão, os sindicatos escolham um salário maior ou menor que $(w/p)^*$.

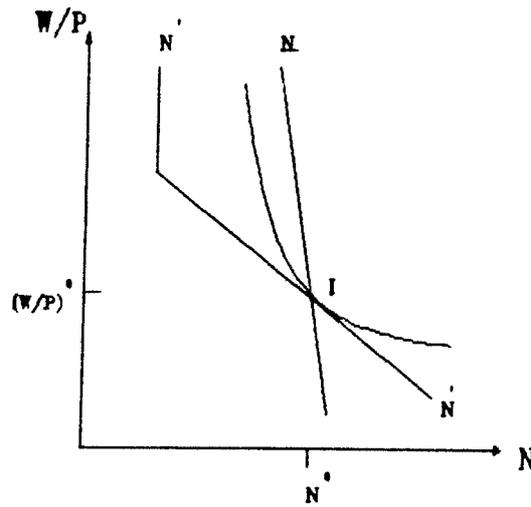


GRAFICO 11

Supõe-se que o governo toma $N = N^*$ como o nível desejado de emprego e pratica uma política de acomodação afim de aproximar o nível de emprego observado ao desejado representado pela seguinte função de reação:

$$G = G' + h(N^* - N) \quad (20)$$

onde h indica o grau de acomodação e N o nível de emprego observado inicialmente, isto é associado a G' . Definindo $N^D = N(w/p) + G$ como a demanda total por trabalho fruto das demandas privada e governamentais e lembrando que $N = N(w/p) + G'$, tem-se que:

$$N^D = hN^* + (1-h) [N(w/p) + G'] = hN^* + (1-h)N \quad (21)$$

Ou melhor, o nível de emprego efetivamente observado N^D é uma média ponderada da meta de emprego do governo, N^* , e do nível de emprego que resultaria da decisão governamental em não rever os seus planos preliminares de gastos, N . Quanto mais próximo de 1 for h , mais acomodativa a política e mais próximo de N^* será o nível de emprego. Graficamente esta função é representada pela reta $N'N'$. O modelo apresenta alguns resultados interessantes:

1.) Em primeiro lugar argumentam Calmfors & Horn (1985) que a adoção de políticas acomodativas pode ser vista como prática corrente no pós-guerra nos países com negociações salariais centralizadas. Estas políticas seriam portanto responsáveis pelas elevadas taxas de emprego observadas nos países europeus nas décadas de 1950 e 60.

2.) Em segundo lugar, com o tempo os sindicatos passaram a entender a política acomodativa do governo e a internalizá-la no processo de otimização. Os sindicatos passaram a otimizar em termos da função de emprego mais inclinada $N'N'$. Isto não é tudo: a função de utilidade dos sindicatos passou a incorporar o fato de que um aumento do salário aumenta os gastos do governo e o emprego público. Por isso a um aumento de salário deve corresponder uma redução maior que antes do nível de emprego para manter o mesmo nível de utilidade. Isto significa que as curvas de utilidade tornam-se menos inclinada. O novo equilíbrio passa a ser o ponto S em que o nível de emprego é menor e o salário maior. Segundo Calmfors & Horn, o caso em que os sindicatos exploram a atitude acomodativa do governo corresponde ao final dos anos 60 e os anos 70. Esta seria então a origem do 'desemprego clássico' nestes países.

3.) O problema que surge a partir daí é como retornar ao equilíbrio original com menor desemprego e o orçamento público menos desequilibrado. As opções discutidas são as seguintes:

a) Uma opção é o anúncio por parte do governo do fim das políticas acomodativas e a fixação do volume de emprego público em G' . Se os sindicatos levarem a sério a proposta de mudança da política de gastos públicos, o sistema tenderá a voltar ao ponto I. Porém se esta mudança não tiver credibilidade, ou seja, e os sindicatos tiverem a convicção de que o governo acomodará, tem-se "o pior dos mundos", pois os sindicatos fixarão os salários em $(w/p)^{**}$, a política não acomodativa do governo levará o sistema para o ponto T onde o nível de emprego será ainda mais baixo do que o anterior (ponto S). É possível, portanto que o governo tenha que voltar atrás. Este jogo de credibilidade gera instabilidade no sistema.

b) Uma outra opção seria anunciar uma política menos acomodativa. Esta alternativa tem a vantagem de reduzir o impacto sobre o nível de emprego caso a política careça de credibilidade. Ao mesmo tempo dá ao governo possibilidade de gerar credibilidade gradualmente.

c) A terceira opção é um pacto social no qual os sindicatos aceitam reduzir suas demandas salariais enquanto o governo compromete-se em manter fixo o nível de emprego público vigente, isto é, não demitir. O objetivo para os sindicatos é ver aumentado o nível de emprego sem sofrer uma queda muito drástica dos salários. O objetivo do governo é a redução do déficit sem gerar uma onda de desemprego. No Gráfico 13, a curva $N'N'$ representa a política acomodativa e a curva $N''N''$ representa a política de gastos fixos.

Ao longo da curva $N''N''$, o déficit público cai: a queda do salário reduz a folha de salários do governo; e o crescimento do emprego diminui a necessidade de pagamentos de seguro-desemprego. Assim, em C o déficit público é menor que em S. Em F, o déficit é maior pois implica crescimento do emprego público com mesmo salário. Sendo assim, há um ponto entre F e C para o qual o déficit é igual àquele observado em S. Seja D este ponto; então a reta BB representa o locus dos pontos em

que o déficit é constante e igual àquele do ponto S. Qualquer ponto abaixo de BB é preferível do ponto de vista do déficit público que o ponto S.

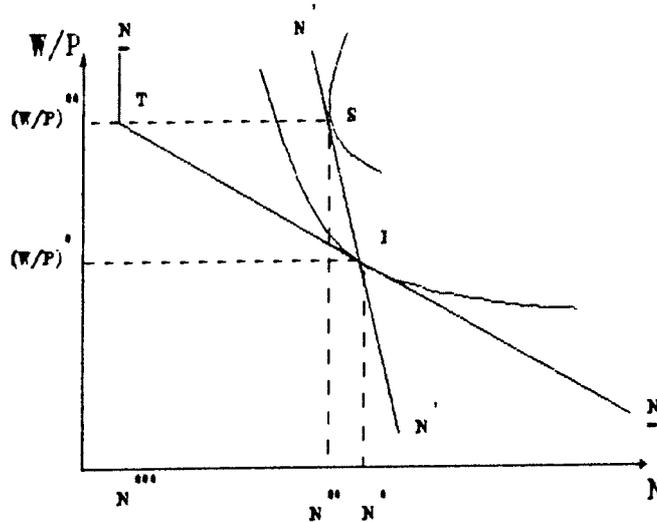


Gráfico 12

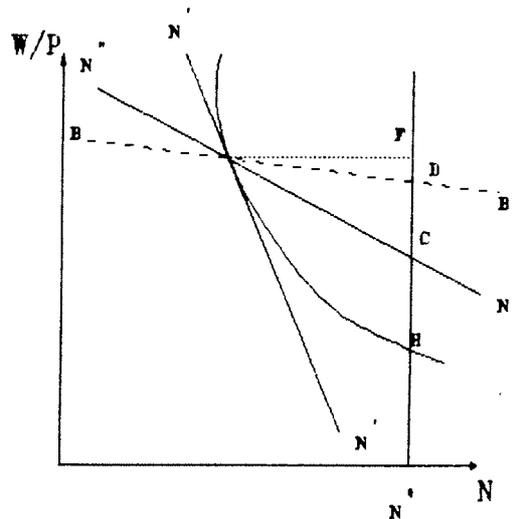


Gráfico 13

Para os sindicatos, qualquer ponto acima da curva de indiferença é superior. Assim, a área SHD representa uma região de acordo em que ambos, os sindicatos e o governo, alcançariam seus objetivos. Este tipo de acordo somente é possível dadas as características do processo de barganha salarial, particularmente, o fato de ser fortemente centralizado. As outras condições são: consenso quanto aos objetivos, credibilidade mútua, e revisões regulares do acordo. Em um contexto de negociações descentralizadas e não sincronizadas, este acordo seria impossível, ou pelo menos muito dificultado pois sua execução demandaria mudanças drásticas no arcabouço institucional vigente, e portanto um grau de descontinuidade institucional elevado.

Modelos nesta linha têm a vantagem de apresentar de forma estilizada o processo de barganha salarial e sua interação com políticas do governo em países com estrutura sindical centralizadas. Na seção seguinte, discutem-se as características do processo de centralização sindical e seus prováveis efeitos sobre o salário real e o nível de emprego, e compara-se os países com estruturas centralizadas e descentralizadas.

6.4) Neo-corporativismo e Performance Macroeconômica

A origem do termo 'corporativismo' está associada à experiência fascista em que grupos de interesse se organizam e se fazem representar junto ao Estado. Os traços especificamente fascistas são a tutela do Estado (constrangendo a independência dos grupos) e a ausência de princípios democráticos nas tomadas de decisão. No neo-corporativismo mantém-se a idéia de que os principais grupos de interesse se organizam e se fazem representar junto ao Estado, mas os mecanismos de decisão são essencialmente democráticos e participativos. Estes grupos --em geral centrais sindicais e patronais com alto grau de representatividade-- negociam as principais políticas junto com representantes do Estado, e dada a força e representatividade dos grupos, garantem o cumprimento das políticas inclusive entre os agentes privados. Obviamente, este processo de decisão e monitoramento na implementação das políticas depende também da representatividade e legitimidade do próprio Estado.

A existência de experiências neo-corporativistas provê uma alternativa para a estrutura social canônica das economias capitalistas, vale dizer, a estrutura pluralista idealizada pelos teóricos do século passado e perpetuada pelo discurso liberal ao longo do século XX (e principalmente a partir da segunda metade da década de 80), e pela experiência bem sucedida dos EEUU. Esta estrutura se baseia na capacidade disciplinadora e coordenadora do mercado em um contexto de múltiplos 'agentes' sociais movidos apenas por interesses individuais. Nem sempre o mercado tem sido capaz de coordenar interesses conflitantes e, em geral, as 'falhas do mercado' são atribuídas à existência de grandes grupos de interesse que intervêm na atuação das forças de mercado, distorcendo-as e gerando resultados socialmente indesejados. Os exemplos mais conspícuos destes efeitos são o desemprego e a inflação no curto prazo e a estagnação no prazo mais longo.

As análises das experiências neo-corporativistas por

cientistas sociais e economistas nos últimos 10 a 15 anos partem da premissa de que a existência de grupos sociais importantes e organizados é parte da realidade histórica de alguns países. Porque ver estas estruturas como distorções do modelo liberal e pluralista, necessariamente fadadas ao insucesso? Ao contrário, o crescimento do interesse pela experiência destes países resulta do sucesso com que enfrentaram a crise internacional dos anos recentes. Este sucesso contrasta com o relativo insucesso de economias com estruturas sociais mais pluralistas por excelência como os EEUU, Canadá e Reino Unido.

A característica geral do neo-corporativismo é a negociação entre grandes grupos sociais das questões nacionais mais importantes. Além disso, há consenso entre estes grupos quanto aos benefícios da negociação e da coordenação, e muitas vezes consenso quanto aos objetivos sociais das políticas. Estes objetivos em geral incluem: um compromisso com o pleno emprego (mesmo quando para isto seja necessária uma redução dos salários) e com uma distribuição igualitária da renda. Isto não significa que não haja graus variados de conflito quanto a interesses mais específicos dos diferentes grupos e principalmente dos sub-grupos representados.

A característica mais específica das estruturas neo-corporativas e geralmente a mais estudada pelos economistas é a centralização das negociações salariais em bases nacionais entre centrais sindicais e os representantes do grupo empresarial. O Estado participa das negociações como agente responsável pelas políticas fiscal e monetária. Houve ocasiões (na Suécia por exemplo) em que o governo incluiu mudanças na política de impostos como forma de facilitar as negociações entre sindicatos e empregadores. Além da centralização no processo de negociações salariais, Bruno & Sachs (1985) listam as seguintes características do sistema sueco como tipicamente corporativistas:

-- elevado grau de densidade sindical;

- baixo grau de ativismo sindical, demonstrando alto nível de consenso social quanto às normas e objetivos dos acordos salariais;

- governos social-democratas por longos períodos o que implica forte participação do Estado na vida econômica do país.

Para os defensores do 'modelo' neo-corporativista há vantagens em coordenar a nível nacional a fixação de salários --admitindo-se variações setoriais e regionais -- e acordar implícita ou explicitamente a política de preços a ser seguida pelas empresas. As vantagens estão associadas à capacidade das partes em evitar os custos impostos pelo papel 'disciplinador e coordenador' do mercado e os custos do conflito latente entre os grupos sociais. Estes custos são o desemprego e a queda dos lucros quando o governo opta por políticas de ajuste fiscal e monetário, e a inflação quando os principais grupos têm suficiente força para defenderem-se das perdas associadas a políticas que requerem redistribuição da renda. Obviamente, o sucesso das negociações depende do grau de acordo entre as partes quanto aos objetivos e meios para alcançá-los. A experiência de países como Áustria, Suécia e Noruega indica que diante do segundo choque do petróleo, para manter alto o nível de emprego seria necessário que caíssem (ou não crescessem) os salários reais e se elevassem os impostos de um lado e a oferta de emprego público e prestação de serviços públicos de outro.

Nos quadros do Apêndice estão relacionados países da OECD segundo o grau de centralização na barganha salarial e suas performances macroeconômicas entre 1970 e 1984. A evidência indica que o grau de participação sindical é maior nos países com maior nível de centralização sugerindo que sindicalização e centralização caminham juntos. Além disso, a participação sindical cresceu muito mais nos últimos quinze anos nos países neo-corporativistas que nos países com estrutura pluralista. A diferença é marcante se comparamos os EEUU com queda de 13% na taxa de sindicalização e a Áustria, Finlândia e Noruega. As taxas de desemprego em 1984 e o

crescimento do desemprego em comparação com 1973 são bem maiores nos países pluralistas. A exceção é a Suíça que exportou os desempregados-imigrantes para seus países de origem. A dispersão salarial é geralmente mais alta e claramente ascendente nos países com instituições mais descentralizadas como EUA, Canadá, Japão e Reino Unido. O crescimento da dispersão dos rendimentos nos países pluralistas durante a crise atesta a natureza *dual* do ajuste nestes países. As taxas de inflação são comparáveis entre os dois grupos.

Bruno & Sachs (1985) argumentam que naqueles países em que os salários nominais respondem pouco (ou com um 'lag') a variações dos preços --Canadá e EUA -- o ajuste requer menos desemprego pois, ainda que por razões distintas, às apresentadas nas experiências neo-corporativistas, há moderação salarial. Assim, eles de fato sugerem que os casos de performance bem sucedida são aqueles em que, ou bem é alto o grau de corporativismo, ou bem é muito baixo e os salários nominais são relativamente insensíveis a variações no nível de preços. Nos últimos, os choques de oferta adversos são absorvidos pelos salários reais, e as políticas de redeflação atuam sobre o emprego e não sobre os preços.

6.5) A relação salário-emprego em questão

Em seu comentário ao trabalho de Newell & Symons, Summers (1987) argumenta que não conhece boas razões para supor que, de fato, a relação entre salários reais e níveis de emprego seja inversa. Ele arrola motivos associados à possibilidade de retornos crescentes devido ao crescimento da produtividade do trabalho a medida que cresce a utilização da capacidade, e a variações na margem de lucro ao longo do ciclo.

Em seu artigo com Blanchard (1987), Summers desenvolve com rigor um argumento baseado na noção de 'retornos fiscais crescentes'. O principal ponto levantado é a ausência de uma relação inversa entre o salário real e o nível de

emprego e, portanto, a inadequação do diagnóstico que identifica como principal causa do desemprego o fato dos salários estarem excessivamente altos. A causa do desemprego, e, principalmente da sua persistência, está na combinação entre o nível de demanda nominal e o salário nominal (A/w), sendo este último rígido em função do poder dos trabalhadores *insider* na definição dos salários nominais.

A idéia de retornos fiscais crescentes baseia-se na hipótese de que o governo persegue uma meta de déficit constante. Se os gastos com seguro-desemprego caem com o crescimento do emprego, então a constância do déficit implica na redução da alíquota do imposto sobre a renda e no crescimento do salário real à medida que cresce o nível do emprego. Blanchard & Summers partem da seguinte restrição orçamentária do governo:

$$G - b(w/p)' (1 - t')(N - N') = tX \quad (22)$$

onde G representa os gastos do governo (dados); o segundo termo representa a redução dos gastos com seguro desemprego a medida que o nível de emprego corrente (N) se afasta do nível inicial (N') sendo $(w/p)'$ o salário real inicial, $[(w/p)'(1 - t')]$ o salário real líquido de imposto e b o percentual do salário líquido pago aos desempregados; t é a alíquota corrente que tende a cair a medida que crescem os níveis de emprego e de produto (X). Esta função, ao lado das funções que expressam a tecnologia e a hipótese de maximização de lucro, vale dizer, $X=F(N)$ e $F'(N) = w/p$, respectivamente, dão origem à seguinte curva:

$$(w/p)^* = (1-t)(w/p) = [F(N) - G + b(w/p)'(1-t')(N-N')](1/f(N)) \quad (23)$$

onde $f(N) = F(N)/F'(N)$.

Esta curva tem o formato de um sino no espaço $((w/p)^*, N)$ tal como esboçado no Gráfico 14. Quando o nível de emprego é baixo, o salário líquido real cresce com o nível de emprego, pois a queda na alíquota do imposto suplanta o efeito dos retornos decrescentes. Quando o emprego é alto, o

efeito predominante é o efeito dos 'retornos marginais decrescentes'. Assim, até um certo ponto, devido ao retornos fiscais crescentes, é possível que o salário líquido cresça com o nível de emprego. Esta é essencialmente a causa -- um tanto *ad hoc* -- da relação positiva (no segmento ascendente da curva) entre salário real e nível de emprego segundo a formulação de Blanchard & Summers. De resto, não há diferença significativa com relação aos demais modelos.

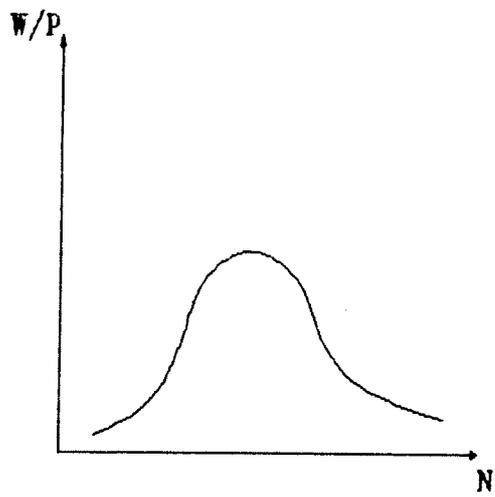


Gráfico 14

Blanchard & Summers supõem que a demanda agregada dependa do déficit fiscal (J) e dos encaixes reais (M/p):

$$X^D = X(J, M/p) \quad (24)$$

No espaço (p, N), dado o salário nominal, a curva de demanda agregada é negativamente inclinada e a curva de oferta é

positivamente inclinada devido aos retornos decrecentes. Blanchard & Summers argumentam que se o salário nominal caísse, a curva de oferta se deslocaria para a direita, fazendo crescer o nível de emprego. Na figura de baixo, isto implicaria crescimento do salário líquido de imposto. A razão porque os salários nominais não caem está na capacidade dos trabalhadores empregados (*insiders*) de fazerem prevalecer seus interesses -- isto é de manter seus salários elevados.

Obviamente, este resultado contesta a visão comum entre a grande maioria dos observadores de que há uma relação inversa entre o salário real e o nível de emprego, e de que a principal causa do desemprego na Europa é o fato dos salários reais estarem excessivamente elevados.

O resultado depende porém inteiramente da especificação da curva de demanda agregada. Se o salário real fosse um argumento da função de demanda, a queda do salário nominal provocaria um deslocamento da curva de demanda para a esquerda, anulando o efeito expansionista do deslocamento da oferta. De fato, com a nova especificação da curva de demanda agregada, seria possível argumentar que um crescimento do salário nominal, a depender de seu efeito sobre a demanda agregada seria o mais indicado para reduzir a taxa de desemprego e elevar o salário real. Fosse este o caso, de acordo com a classificação de desempregos apresentada na seção 3.2, seria possível argumentar que o desemprego na Europa não é clássico mas sim kaleckiano, e que a rigidez dos salários nominais à alta é sua principal causa.

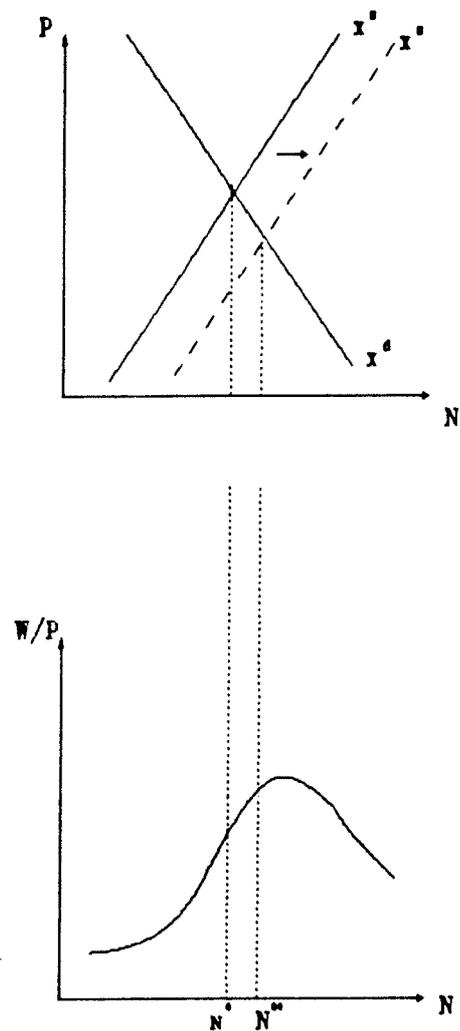


Gráfico 15

6.6) O neo-corporativismo em questão

Calmfors & Driffill (1988) questionam a tese segundo a qual estruturas sociais do tipo neo-corporativista tenham uma performance macroeconômica superior a das economias com graus de corporativismo menores. Na verdade, como outros autores, os dois criticam a noção de corporativismo como sendo muito vaga comparada à noção mais simples de grau de concentração do

processo de barganha salarial, usado no artigo para efeito de comparação entre a performance das diferentes economias. Eles partem da noção de desemprego clássico: a principal causa do desemprego nos países da OECD desde os finais dos 70 é o elevado nível dos salários reais. A relação inversa entre salários reais e nível de emprego é indiscutível segundo os autores.

A tese central é de que há uma curva em U invertido entre grau de centralização e salários reais e, portanto, uma curva em U entre centralização e emprego. Vale dizer, os salários tendem a ser mais baixos e a taxa de emprego mais alta em países com estruturas muito centralizadas como os países nórdicos e a Austria ou em países com estruturas muito descentralizadas como o Japão, os EUA, o Canadá e o Reino Unido. Em países com grau intermediário de centralização (Holanda, Bélgica, Alemanha) os salários reais tendem a ser mais altos e o nível de desemprego mais alto.

O principal argumento teórico dos autores está baseado nos efeitos do poder de mercado dos sindicatos e o efeito dos salários sobre os preços. Para esta análise, é preciso que fique bem clara a diferença entre o custo do trabalho para a firma, de um lado, e o salário real do trabalhador, de outro. Ainda que em geral ambos caminhem na mesma direção, seu efeito sobre o comportamento dos sindicatos é diferente.

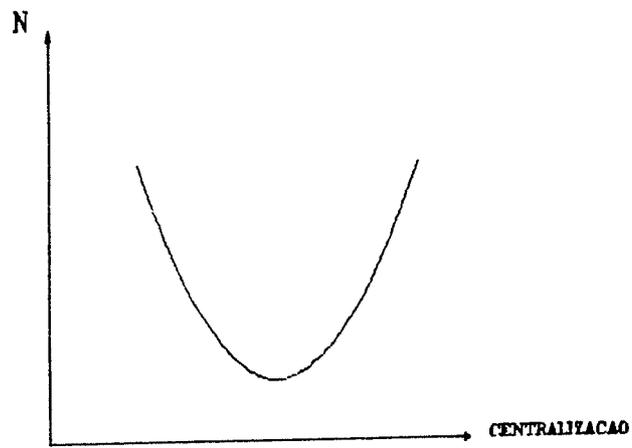
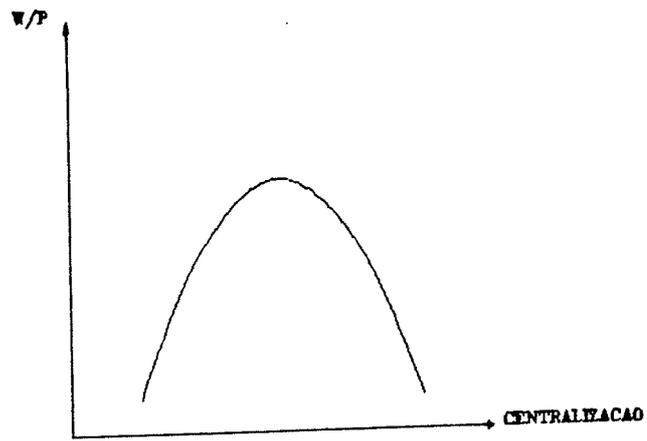


Gráfico 16

Gráfico 16

Há vantagens no movimento em direção à centralização do processo de barganha salarial quanto maior for a elasticidade de substituição entre os produtos gerados pelas empresas em que trabalham os trabalhadores dos sindicatos envolvidos. Isto porque, atuando a nível da firma individual, um sindicato enfrenta um *trade-off* entre ganhos salariais e nível de desemprego uma vez que a firma não pode repassar para os preços o crescimento dos custos sob risco de ver reduzida sua parcela do mercado. Mas se sindicatos de firmas cujos produtos são substitutos próximos se unem, o *trade-off* torna-se mais brando pois agora as firmas da 'indústria' em consideração têm menos a perder repassando os seus custos aos preços. Consequentemente, um sindicato a nível da indústria tende a obter salários reais mais altos para um dado nível de emprego. Este movimento tende a ampliar-se para níveis de centralização mais elevados.

Há porém um efeito em direção oposta pois à medida que cresce o grau de centralização, torna-se mais forte o efeito do crescimento dos salários nominais sobre o índice geral de preços, e por isso, menor o efeito sobre o salário real. Daí porque, segundo Calmfors & Driffill, quanto maior a centralização do processo de barganha, menor tende a ser o salário real, pois o efeito agregado sobre o nível de preços é conhecido pelos sindicatos. Assim, no caso de cooperação entre grandes sindicatos, há uma tendência maior à moderação.

Há um efeito apontado por Jackman (1988) que opera nesta mesma direção: em um sistema muito descentralizado, as demandas de um sindicato são pouco sensíveis ao efeito sobre o nível de emprego agregado; esta externalidade restringe-se apenas aos membros do sindicato e, assim, mesmo há sempre a possibilidade de que o desempregado encontre trabalho em outra firma ou setor. No caso de barganhas centralizadas não existe mais esta a externalidade pois o mercado de trabalho relevante não se restringe a uma firma a um setor mas à economia. Este seria portanto mais um argumento a favor da moderação no caso de estruturas mais centralizadas.

A centralização produz efeitos contrários. Se a hipótese de que a elasticidade de substituição é maior a níveis mais baixos de agregação é válida, o primeiro efeito tende a prevalecer nos primeiros estágios do processo de centralização. Os dois outros efeitos passam a ser mais importantes em estágios mais elevados de centralização. Daí a tendência à curva em U invertido entre salários reais e grau de centralização.

Calmfors e Driffill apresentam outros mecanismos que apoiam esta tese. Um deles refere-se ao caso em que parte do seguro desemprego é financiado a partir de um imposto sobre o salário dos empregados. O argumento é que quando cresce o desemprego, tende a crescer a alíquota do imposto, reduzindo o salário real líquido. A depender da função que estabelece o valor da alíquota em relação à taxa de desemprego, pode ser vantajoso para os sindicatos reduzir suas demandas salariais. Obviamente, este efeito só faz sentido no caso de estruturas centralizadas em que as centrais sindicais têm capacidade de coordenação.

A conclusão a que chegam Calmfors e Driffill é de que os sistemas intermediários devem ser evitados, e que se uma economia está mais inclinada para o lado da centralização (descentralização) deve-se gerar mecanismos que incentivem-na a centralizar-se (descentralizar-se) de vez.

Freeman (1988) chega a conclusões muito semelhantes às de Calmfors & Driffill ao estudar a relação entre densidade sindical, dispersão salarial e performance macroeconômica. Conforme se pode observar nas tabelas 1 e 4 do Apêndice, entre 1970 e 1979 a densidade sindical cresceu em vários países (em particular os nórdicos) e caiu nos EUA, Japão e Áustria. Entre 1980 e 85 ela se estabiliza em quase todos os países, mas cai nos EUA, Reino Unido, Japão, Canadá e Holanda.

A partir dos dados apresentados por Freeman, pode-se observar que a densidade sindical cai desde a década de 1970,

portanto durante o período de crise, nos países com menor grau de centralização da organização sindical e do processo de barganha salarial. Nestes mesmos países cresce muito a dispersão salarial no período. Assim, o grau de centralização e a densidade sindical parecem caminhar na mesma direção e a dispersão salarial na direção oposta. Ou seja, a crise nos EUA, Japão, Canadá, e, após 1979, no Reino Unido, tende a desagregar a força de trabalho, seja do ponto de vista institucional, seja do ponto de vista econômico. Ao contrário, é agregador na Finlândia, Dinamarca, Suécia, e também, na Itália e na França.

Como a maioria dos observadores, Freeman observa uma correlação negativa entre salários reais e crescimento do emprego. Alguns detalhes de sua análise chamam atenção. Os salários crescem mais em países em que cresce a produtividade (PIB per capita); onde cresce a produtividade cresce mais, o emprego tende a crescer menos uma vez que a variação do PIB real difere muito pouco entre países. Freeman faz a conjectura de que a correlação entre o salário real e o crescimento do emprego depende do movimento da produtividade. Mas este argumento depende do que ocorre com o nível do produto. Como as taxas de variação do produto não diferem muito entre países, ou bem tem-se uma explicação para esta similitude entre as experiências internacionais, ou a conjectura de Freeman não passa de uma tautologia.

É interessante notar que o emprego cresceu na Escandinávia, Canadá e EUA, e caiu em todos os demais países da OECD. Assim, nota-se que o emprego cresceu nos países que estão nos polos do espectro entre centralização (e elevada densidade sindical) e descentralização (e baixa densidade). Assim, como Calmfors & Driffill, Freeman obtém uma curva em U entre a taxa de emprego e o grau de centralização, e entre emprego e dispersão salarial. Vale dizer, a taxa de emprego é menor nos países com taxa de dispersão salarial intermediária. Este resultado indica que 'modelos' híbridos em geral não são bem sucedidos no que se refere à capacidade de gerar empregos. Já os países com estrutura descentralizada 'compram' altas taxas

de emprego com elevado grau de dispersão salarial.

Tarantelli (1983) amplia as conclusões de Calmfors & Driffill e Freeman para o caso de políticas de estabilização de processos inflacionários. Observa que "na presença de relações industriais suficientemente centralizadas, políticas de renda neo-keynesianas são a melhor opção para defender o nível de emprego e atingir algum grau de estabilidade de preços... [Em um] sistema suficientemente descentralizado, a única alternativa para defender a estabilidade de preços pode ser a abordagem monetarista." (p. 199) Nos casos intermediários, os agentes são suficientemente fortes para resistir aos efeitos das políticas de demanda (isto é, gerando redução do emprego) mas não unificados o suficiente para negociar e cooperar.

Tarantelli refere-se também à importância da sincronização dos reajustes salariais para a estabilidade dos preços pois evita atitudes defensivas contra mudanças na estrutura salarial por parte dos sindicatos. Pelas mesmas razões, Jackman (1988) chama a atenção para a tendência inflacionária em economias com um sistema de barganha salarial disperso em que cada sindicato, diante da incerteza quanto à inflação futura e os ganhos dos demais sindicatos, levam a extremos suas demandas salariais.

A crítica mais veemente às interpretações convencionais vem de Therborn (1986), que questiona a superioridade do modelo corporativista e a importância da relação inversa entre o salário real e o nível de emprego. A principal tese de Therborn é que a diversidade de respostas dos diferentes países afetados pela crise internacional desde o início dos 1970 deve-se mais que nada ao compromisso político, e à institucionalização deste compromisso, com a manutenção de pleno emprego. Por isso, as baixas taxas de desemprego observadas na Áustria, Suécia, Noruega, Japão e Suíça. As raízes políticas e históricas do compromisso com o pleno emprego, entretanto, variam de país para país.

Em primeiro lugar, Therborn nega qualquer relação sistemática entre custo do trabalho e taxas de desemprego nos países da OECD. Tampouco é verdade, que há uma relação inversa entre lucratividade e desemprego. Seus dados, apresentados no apêndice (quadros 7 e 8), indicam que curiosamente, à exceção da Inglaterra, os países com maior desemprego em 1983 eram, comparativamente a 1970, mais competitivos no mercado internacional que os países com menos desemprego como Noruega, Japão e Áustria. E que, em média, a lucratividade das empresas não é diferente entre os países com altas e baixas taxas de desemprego. De fato, em países com taxas elevadas de desemprego como Inglaterra, Bélgica e Holanda, a lucratividade é maior que em países com baixas taxas como Suécia e Japão⁸.

Therborn critica também as análises que apontam as estruturas sociais corporativistas como superiores às pluralistas⁹. Sua preocupação é essencialmente com os trabalhos de cientistas políticos (Schmitter, Lehmbruch e Schmidt) cujas definições de corporativismo vão além da centralização do processo de barganha salarial e dão menos atenção para as instituições do mercado de trabalho, e incluem participação dos grupos no desenho de políticas econômicas, grau de conflito, cooperação e consenso, etc. A utilização de diferentes critérios gera 'rankings' de corporativismo os mais variados, e em geral, como argumenta Therborn, incompatíveis com uma relação causal definida entre corporativismo e performance macroeconômica¹⁰.

⁸ Therborn argumenta ainda que nada se pode dizer quanto ao papel de gastos com 'welfare state': tanto a taxa de taxa quanto os gastos sociais como proporções do produto são equivalentes nos países com altas e baixas taxas de desemprego.

⁹ Therborn não nega porém a importância da noção de corporativismo nas ciências sociais e no avanço que tem gerado na análise de experiências internacionais comparadas, notadamente no caso de estudos sobre a eficácia de políticas de ajuste.

¹⁰ Assim, há estudos como o de Schmitter (1981) por exemplo, em que Áustria e Noruega figuram como fortemente corporativistas, seguidos pela Dinamarca, Finlândia e Suécia em pé de igualdade; embora os dois primeiros figurem entre os países com baixas taxas de desemprego, os outros três têm,

Dentre as informações oferecidas por Therborn, há uma particularmente interessante em que destaca o baixo nível de conflito industrial em quatro dos cinco países que melhor performance tiveram em termos de desemprego: Suíça, Noruega, Áustria, e Suécia figuram entre os seis países em que, em média, menos de 1% da força de trabalho participou de greves em cada ano do período que vai de 1974 a 1982. Os outros dois países foram Alemanha e Holanda. Itália e Finlândia estão em um grupo com elevada incidência de greves, e os demais países estão em um grupo intermediário, sendo que no Japão houve mais conflito que na Bélgica ou EUA, por exemplo.

A tese central defendida por Therborn é de que os países que obtiveram mais sucesso na manutenção de baixas taxas de desemprego foram aqueles em que, antes de 1973, havia um compromisso institucionalizado com o pleno emprego. Este teria sido o caso da Noruega, Áustria, Suécia, Japão e Suíça. O mais importante é que este compromisso não é casual, mas sim fruto de condicionantes históricas e políticas específicas de cada um destes países.

Em todos os casos a opção pelo pleno emprego surge no pós-guerra como resultado de dois fatores, segundo sugestão de Therborn: forte movimento dos trabalhadores a favor do pleno emprego ou a preocupação da burguesia nacional com a estabilidade social. Therborn oferece uma descrição detalhada da origem e da evolução do grau de compromisso com o pleno emprego para os diferentes países da OECD. Na Áustria, o compromisso surgiu no bojo de uma campanha nacional de resistência contra a ameaça de ocupação pelos aliados após a guerra. Na Suécia, é fruto do forte movimento dos sindicatos e do Partido Social Democrata que esteve no poder na maior parte do período do pós-guerra. Na Noruega, foi um tópico prioritário na reconstrução após a guerra, tendo sido formalmente acordado entre os principais partidos através do documento 'Emprego para Todos'. Na Suíça e no Japão, o compromisso com o pleno emprego respectivamente, uma taxa alta, média e baixa de desemprego.

é a forma encontrada pelas respectivas burguesias para garantir estabilidade social com pouca participação dos representantes trabalhistas nos processos decisórios.

Após o choque de 1973, nos países em que manteve-se baixa a taxa de desemprego, as políticas de demanda agregada foram essencialmente expansionistas. Segundo Therborn, não houve caminho mais rápido para o desemprego em massa que políticas de demanda restritivas. Na tradição do keynesianismo social-democrata, a política fiscal foi especialmente expansionista a partir de 1973 na Áustria e Suécia. Ao contrário do que se supõe, a recuperação japonesa não está especialmente associada a sua performance externa, mas sim ao crescimento dos gastos públicos: de um superávit de 2% do PIB em 1973, o Japão passou a ter déficits em torno de 4% do PIB entre 1975 e 1982; o investimento público chegou a corresponder a 29.4% da formação bruta de capital fixo de toda a economia.

Em nenhum dos casos após 1973, o compromisso com o pleno emprego limitou-se à adoção de políticas de demanda agregada keynesianas. Dentre as políticas específicas destacam-se: a orientação seletiva do crédito, políticas de renda, políticas de investimento, políticas de imigração e políticas de ação direta no mercado de trabalho. Na Suécia, durante a segunda metade da década de 1970, a orientação da política econômica foi, por um lado, capacitar e aumentar a mobilidade da força de trabalho, e por outro, a de subsidiar o setor privado para evitar o desemprego. Na Noruega, os recursos gerados com a exploração do petróleo no Mar do Norte serviram para subsidiar o setor privado¹¹. Na Suíça, como se sabe, a política restringiu-se à exportação dos trabalhadores imigrantes para seus países de origem. No Japão, as baixas taxas de desemprego resultaram do crescimento econômico mais

¹¹ Em 1980, 16% da força de trabalho foi empregada em empresas cuja folha de pagamentos excedia o valor da produção -- a diferença era coberta por subsídios -- tal o compromisso com o pleno emprego.

que de políticas de mercado de trabalho, e tiveram como efeito a criação de ocupações para trabalhadores pouco qualificados.

Therborn é especialmente pessimista com o cenário provável naquelas economias em que a manutenção de baixas taxas de desemprego baseia-se essencialmente no crescimento econômico e criação de empregos de pequena qualificação (EUA e Japão) e países que reagiram à crise utilizando a 'disciplina do mercado' via recessão (Inglaterra, Holanda e Bélgica). Para estes países, ele chama a atenção para o risco de brasilianização de suas economias, isto é, de um processo progressivo de dualização do mercado de trabalho entre empregados qualificados de um lado, e desempregados ou empregados com baixa qualificação, de outro. A alternativa seria o retorno dos sindicatos e dos partidos socialistas e social-democratas ao poder, e mobilização em torno de políticas de qualificação da força de trabalho e de busca do pleno emprego.

Na mesma linha desenvolvida por Therborn, Jackman (1988, pp. 27-31) argumenta que o sucesso de países como a Noruega, Suécia e Finlândia está associado ao sistema de benefícios sociais para desempregados e aos programas de emprego e retreinamento. Isto é, está associado à existência de um sistema de incentivos e regulamentações aplicados diretamente ao funcionamento do mercado de trabalho.

Quanto à coexistência de seguros-desemprego elevados e baixas taxas de desemprego nestes países¹², Jackman argumenta que ela se deve à centralização do processo de barganha salarial. Os sindicatos sabem que qualquer negociação que leve ao desemprego implica membros insatisfeitos com seus representantes e aumento dos impostos para cobrir os gastos com seguros-desemprego. Em um sistema descentralizado, o

¹² A relação entre seguro desemprego e salários pagos nos países nórdicos é a seguinte: Dinamarca (92%), Finlândia (88%), Noruega (91%) e Suécia (94%). Estes números estão entre 65 e 70% na França, Holanda e Alemanha, e 50% na Inglaterra.

compromisso do sindicato com os membros desempregados é muito menor, e tanto menor quanto maiores os benefícios para desempregados. Neste sistema, é razoável esperar que quanto maiores os benefícios, maior a propensão ao desemprego, e que portanto os benefícios devem ser mais baixos.

Apesar dos benefícios serem mais altos nos países nórdicos que nos demais, sua duração é muito menor. Por outro lado, o sistema de retreinamento e os serviços de agenciamento de empregos funcionam para compatibilizar oferta e demanda por trabalho. Isto explica porque a proporção de desempregados 12 meses ou mais sobre o total de desempregados (vide quadro 9) é tão menor nos países nórdicos que nos demais países da OECD.

7) Conclusões

Este capítulo está dividido em duas grandes partes. Na primeira que engloba as seções 2 a 5, são discutidos temas essencialmente teóricos ligados às causas do desemprego e que na maior parte das vezes, já foram tratados de forma mais detalhada nos capítulos anteriores. Na segunda parte, na seção 4.6, a discussão gira em torno de novas interpretações do fenómeno do desemprego, com especial atenção dedicada ao ressurgimento do desemprego crônico ou persistente nas economias da OECD, e principalmente da Europa. Nesta conclusão, o esforço maior será no sentido de sintetizar as principais idéias apresentadas ao longo das cinco seções.

As seções 2 a 5 provêm um retrospecto das principais teorias do desemprego desde a publicação da *Teoria Geral* até o aparecimento da teoria do ciclo real na década de 1970, e o ressurgimento do interesse no papel da flexibilidade dos salários na dinâmica das economias capitalistas. Em geral, pode-se separar as teorias em dois grandes grupos. No primeiro grupo o desemprego é associado ao comportamento do salário real. No segundo, ao comportamento do salário nominal.

As teorias do primeiro grupo são relevantes para a análise de economias em que o processo de negociação salarial de alguma forma é capaz de definir o salário real. Este seria o caso de economias pequenas e abertas onde o nível de preços é dado exogenamente, e a barganha salarial determina não só o nível do salário nominal mas também do salário real. É o caso também de economias em que o processo de barganha salarial é muito centralizado e nas quais as centrais sindicais e as associações patronais barganham sobre a determinação dos salários e dos preços. Identificamos duas teorias em que a fixação do salário real seria capaz de explicar o surgimento de desemprego: as teorias kaleckiana e neo-clássica.

Segundo a teoria kaleckiana, o desemprego decorre de situações em que o salário é muito baixo, e portanto o nível de demanda agregado é incapaz de absorver a totalidade da força de trabalho. No caso neo-clássico ocorre o contrário: se o salário (ou melhor, o custo de trabalho) for muito alto, as firmas tenderão a empregar menos que no caso em que os salários forem menores. Observamos também que não é inconsistente a convivência dos dois tipos de desemprego de tal modo que a tentativa de solucionar um tipo pode gerar o agravamento das condições que levam ao segundo tipo de desemprego.

Um segundo grupo de teorias, todas elas associadas de alguma forma às noções de desemprego keynesiano e desemprego involuntário, focalizam o comportamento do salário nominal. A rigidez dos salários nominais está na base da explicação keynesiana para o desemprego. Caso fossem flexíveis, a redução dos salários acionariam os efeitos Keynes e Pigou-Patinkin, gerando o crescimento do nível de emprego. Uma versão da tese da rigidez vê nos erros expectacionais e na difusão assimétrica de informações as causas dos desvios do sistema em torno da taxa de desemprego natural.

Os neo-ricardianos insistem na tese de que a flexibilidade salarial em si não garante o restabelecimento do pleno emprego dado que a curva de demanda por investimento pode ser 'mal comportada'. Keynes chamou a atenção para o fato de que, em princípio não é possível prever o efeito líquido de reduções no salário nominal sobre o nível de emprego devido à ambiguidade dos efeitos sobre os determinantes da demanda agregada. Recentemente Hahn & Solow voltaram a explorar estes efeitos, corroborando a tese defendida por Keynes de que a flexibilidade dos salários pode gerar processos de ajuste tortuosos e socialmente indesejáveis.

Na seção 6 foram discutidas as principais interpretações sobre as causas do recente surto de desemprego em países capitalistas avançados. A seguir estão listados os temas teóricos tratados no texto.

Segundo Bruno & Sachs (1985), a diferenciação entre economias com salários nominais rígidos e economias com salários reais relativamente estáveis, é uma clivagem importante para diferenciar a experiência dos países europeus dos países norte-americanos. Nos primeiros a rigidez dos salários reais torna ineficaz a política monetária seja ela restritiva (cujo efeito é o desemprego keynesiano) ou expansionista (cujo resultado é o aparecimento de pressões inflacionárias, sem efeitos sobre o nível de atividades). Em economias em que o período de reajuste salarial é longo, a política monetária expansionista tende a ser eficaz -- se os preços reagem à política crescendo, a queda do salário real pode levar ao crescimento do emprego. Uma política monetária restritiva, por outro lado, gera crescimento do salário real e desemprego do tipo clássico.

Estes resultados estão resumidos no quadro abaixo. Os casos A(a) e A(b) referem-se às consequências de políticas monetárias em economias em que o processo de barganha salarial é centralizado e sincronizado, e os reajustes se dão frequentemente. Nestas economias, a moderação salarial (caso A(c)) decorre de políticas de rendas negociadas. Os casos B2(a) e B2(b) referem-se aos casos de políticas monetárias em economias em que os períodos de reajuste são longos e o processo de barganha é fragmentado e dessincronizado.

A Eficácia da Políticas Monetária
e das Políticas de Renda Negociadas

	A	B	
	Contratos curtos, negociação centralizada e sincronizada	Negociação fragmentada no tempo e espaço	
		1	2
		Contratos curtos	Contratos longos
a. Política de demanda restritiva	Desemprego com pequeno efeito sobre sal. real [desemprego keynesiano] Pode reduzir inflação	Desemprego keynesiano e queda da inflação	Desemprego classico
b. Política de demanda expansionista	Inflação com pequeno efeito sobre nível de atividade	Queda do desemprego com inflação	Queda do desempreg com pequena inflação
c. Política de Rendas concertadas	Redução da inflação e de- semprego com 'wage res- traint e política de demanda adequada	Sem sentido por falta de interlocutores.	

Um terceiro caso refere-se a economias em que os períodos de reajuste são curtos e o processo de barganha é fragmentado. Aqui, políticas monetárias restritivas tendem a ter efeitos insignificantes sobre o nível de atividades (ambos A e w caem) e queda da inflação (caso B1(a)). Se por outro lado a política monetária é expansionista, os efeitos sobre o nível de atividade são de novo desprezíveis mas tendem a aparecer pressões inflacionárias.

Nos casos de processo de barganha fragmentados, não se aplica a análise de políticas de rendas negociadas pela falta de interlocutores representativos. Estes seriam os casos B1(c) e B2(c).

Voltemos aos temas teóricos tratados na seção 6. O segundo tema foi a persistência do desemprego cujas causas foram associadas ao conflito de interesses entre *insiders* e *outsiders*. Como os salários são negociados pelos trabalhadores empregados, é razoável supor que buscarão garantir o salário máximo compatível com o mesmo nível de emprego que no período anterior, perpetuando assim a taxa de desemprego. Este fenômeno tende a ser mais frequente em economias em que o processo de barganha salarial é descentralizado e onde, portanto, a clivagem entre *outsiders* e *insiders* é mais marcada. Onde a barganha é centralizada, a central sindical tende a representar o total da força de trabalho, o que elimina praticamente a clivagem entre empregados e desempregados. Daí o porquê de alguns observadores sugerirem que a moderação salarial tende a ser mais comum nos países com barganha salarial centralizada.

O terceiro tema tratado referiu-se à relação entre negociações salariais centralizadas e políticas fiscais acomodativas. Aqui as principais conclusões foram de que, se por um lado as políticas acomodativas foram responsáveis pelas altas taxas de emprego nas décadas de 1950 e 1960, a internalização destas mesmas políticas por parte dos sindicatos explica o crescimento dos déficits fiscais e o crescimento do desemprego na década de 1970. As soluções para estes problemas passam pela necessidade de se gerar um clima de credibilidade quanto à redução das políticas acomodativas, e por políticas negociadas entre o governo e os sindicatos. É possível mostrar que ambos, os sindicatos e o governo, têm a ganhar com a moderação salarial.

Discutiu-se também a comparação entre os sistemas pluralista (EUA, Canadá) e corporativista (países nórdicos e Áustria). Nos países com processo de barganha centralizado, os sindicatos tendem a internalizar os custos gerados pelo excesso de demandas salariais; esta seria, supostamente, a origem da moderação salarial e dos elevados níveis de emprego. Estes são países em que por razões semelhantes, o grau de dispersão salarial é especialmente baixo. Nos países em que o processo de

barganha é fragmentado, as políticas de demanda tendem a ser eficazes, ou seja, são países em que o papel disciplinador do mercado gera bons resultados no que se refere aos índices de desemprego e inflação. Por outro lado, tendem a ter elevadas taxas de dispersão salarial.

Nos países em que o grau de centralização do movimento sindical é intermediário (Itália, Espanha e França) não há muito espaço para acordos voluntários nem para políticas de mercado. Daí porque o grau de moderação salarial ser tão baixo, e segundo a interpretação predominante entre os estudos pesquisados, as taxas de desemprego serem tão elevadas. Esta é a tese segundo a qual há uma curva em forma de u invertido relacionando o salário real e o grau de centralização das organizações sindicais e dos processos de barganha salarial.

Foi discutida ainda a tese dos retornos fiscais crescentes segundo a qual é possível obter-se crescimento dos salários (líquidos de imposto) e do emprego simultaneamente. Para isso é preciso supor que o governo persegue uma política de gasto fixo e que a alíquota do imposto sobre o salário dos empregados é proporcional à taxa de desemprego. Se cai o desemprego, cai a alíquota do imposto e o salário real líquido pode crescer caso a redução da alíquota compense o efeito dos rendimentos marginais decrescentes.

Por último foi discutida a tese de que os países que mantiveram altas taxas de emprego ao longo da crise dos últimos anos foram aqueles em que havia um compromisso institucionalizado com a manutenção do pleno emprego.

Referências Bibliográficas:

Amadeo, E., "Sobre Salários Nominais: as críticas keynesianas e monetarista a abordagem de Keynes sobre o mercado de trabalho", *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 16(2):309-320, agosto, 1986. .

Amadeo, E., "Controversies over the Equilibrium Position in Keynes General Theory", *Texto para Discussão*, PUC/RJ, 1986.

Amadeo, E., "Real Wages and the Level of Employment in Keynes, Friedman and Lucas", *Mimeo*, Harvard University, 1984. .

Amadeo, E., *Keynes's Principle of Effective Demand*, Edward Elgar, Upleadon, 1989. .

Amadeo, Edward & Camargo, J. Marcio, "A Structuralist Analysis of Inflation and Stabilization", *mimeo.*, WIDER, janeiro, 1989.

Amadeo, Edward & Dutt, Amitava, "Keynes's Dichotomy and Wage-Rigidity Keynesianism: a Puzzle in Economic Thought", in M. Blaug & D. Moggridge (eds.), *Perspectives on the History of Economic Thought*, Upleadon, Edward Elgar, no prelo, 1988.

Amadeo, E. & Camargo, J.M., "Labour Mobilization and Inflation", *Mimeo*, WIDER/UNU, 1988. .

Amadeo, E. & Dutt, A., *The NeoRicardians and the Post Keynesians*, Edward Elgar, Upleadon, no prelo, 1988a. .

Amadeo E. & Dutt, A., "Keynes's Dichotomy and Wage-rigidity Keynesianism: a Puzzle in Keynesian Thought", in M. Blaug & D. Moggridge (eds.), *Perspectives on the History of Economic Thought*, Edward Elgar, Upleadon, no prelo, 1988b.

Blanchard, O. & Summers, L., "Fiscal increasing returns, hysteresis, real wages and unemployment", *European Economic Review*, 31:543-566, 1987.

Blanchard, O. & Summers, L., "Hysteresis in Unemployment", *European Economic Review*, pp. 288-295, fevereiro/março, 1987.

Blanchard, O. & Summers, L., "Beyond the Natural Rate Hypothesis", *American Economic Review*, 78(2):182-187, maio, 1988.

Blinder, A., "Supply Shock Inflation: money, expectations and accommodation", in *Development in an Inflationary World*, Academic Press, 1981.

Blinder, A., "Keynes, Lucas and Scientific Progress", *American Economic Review*, 77(2):130-142, maio, 1987.

Bruno, M. & Sachs, J., *Economics of Worldwide Stagflation*, Harvard University Press, 1985.

Calmforms, L., "Trade Unions, Wage Formation and Macroeconomic Stability: An Introduction", *The Scandinavian Journal of Economics*, 87(2):143-159, 1985.

Calmforms, L., "Employment Policies, Wage Formation and Trade Union Behavior in a Small Open Economy", *The Scandinavian Journal of Economics*, 84(2):345-373, 1982.

Calmforms, L. & Driffill, J., "Centralization of Wage Bargaining", *Economic Policy*, (6):15-61, abril, 1988.

Calmforms, L. & Horn, H., "Classical Unemployment, Accommodation Policies and the Adjustment of Real Wage", *The Scandinavian Journal of Economics*, 87(2):234-261, 1985.

Calmforms, L. & Horn, H., "Employment Policies and Centralized Wage-Setting", *Economica*, 53(211):281-302, agosto, 1986.

Fischer, S., "Long-term contracts, rational expectations and money supply rule", *Journal of Political Economy*, Chicago, 85(1):191-206, fevereiro, 1977.

Freeman, R., "Labour Market Institutions and Economic Performance", *Economic Policy*, (6):63-80, abril, 1988.

Friedman, M., "The Role of Monetary Policy", *American Economic Review*, Nashville, 58(1):1-17, mar. 1968.

Garegnani, P., "Consumption, Investment and Effective Demand (I)", *Cambridge Journal of Economics*, 1979.

Glyn, A. et al., "The Rise and Fall of the Golden Age", *Mimeo*, WIDER/UNU, 1988.

Hahn, F. & Solow, R., "Is Wage Flexibility a Good Thing?", in W. Beckerman (ed.), *Wage Rigidity and Unemployment*, John Hopkins University Press, Baltimore.

Jackman, R., "Wage Formation in Nordic Countries viewed from an International Perspective, *Working Paper no. 1042*, Centre for Labour Economics, 1988.

Kalecki, M., "The Lessons of the Blum Experiment", *Economic Journal*, Londres, 48, 1938.

Kalecki, M., *Essays in the Theory of Economic Fluctuations*, Farrar & Rinehart, Londres, 1939.

Kalecki, M., "The Supply Curve of an Industry under Imperfect Competition", *Review of Economic Studies*, 1940.

Kalecki, M., "The Problems of Profit Margins", *Bulletin of the Oxford Institute of Statistics*, 1942a.

Kalecki, M., "Mr. Whitman on the Concept of the 'Degree of Monopoly'", *Economic Journal*, 52, 1942b.

Kalecki, M., *Studies in Economic Dynamics*, Farrar & Rinehart, Londres, 1943a. .

Kalecki, M., "A Theory of Long Run Distribution of the Product of Industry", *Oxford Economic Papers*, 1943b. .

Kalecki, M., "Profits, Salaries and Wages", *Bulletin of the Oxford Institute of Statistics*, 1943c. .

Kalecki, M., "Three Ways to Full Employment", in *Economics of Full Employment*, A. M. Kelley, N. York, 1969, publicado originalmente em 1944.

Kalecki, M., *Theory of Economic Dynamics*, A. M. Kelley, N. York, 1969, publicado originalmente em 1954. .

Kalecki, M., *Selected Essays on the Dynamics of the Capitalist Economy*, Cambridge University Press, Cambridge, 1971.

Kalecki, M., *Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas*, Hucitec, Rio de Janeiro, 1977. .

Katz, Lawrence, "Efficiency Wage Theories: A Partial Evaluation", *Macroeconomics Annual*, NBER, 1986. .

Keynes, J.M., *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, 2a. ed., São Paulo, Nova Cultural, 1985. .

Keynes, J.M., "The Economic Consequences of Mr. Churchill", 1925, reimpresso em JMK, 1963. .

Keynes, J.M., *A Treatise on Money*, 1930, reimpresso em JMK, 1971a e 1971b.

Keynes, J.M., *The General Theory of Employment, Interest and Money*, 1936, reimpresso em JMK, 1973a. .

Keynes, J.M., "Relative movements of real wages and output" ,
Economic Journal, Londres, 49:34-51, março, 1939. .

Keynes, J.M., *Essays in Persuasion*, W.W.Norton, 1963.

Keynes, J.M., *A Treatise on Money ; Part 1: the pure theory of money*, Londres, Macmillan, 1971a. (The collected writings of John Maynard Keynes,5.)

Keynes, J.M.,*A treatise on money ; Part 2: the applied theory of money* Londres, Macmillan, 1971b. (The collected writings of John Maynard Keynes,6.)

Keynes, J.M.,*The General Theory of Employment, Interest and Money*, Londres, Macmillan, 1973a. (The collected writings of John Maynard Keynes, 7.)

Keynes, J.M., *The General Theory and After; Part 1: preparation* , Donald Moggridge (ed.), Londres, Macmillan, 1973b. (The collected writings of John Maynard Keynes, 13.)

Keynes, J.M., *The General Theory and After; Part 2: defence and development* ,Donald Moggridge (ed.), Londres, Macmillan, 1973c. (The collected writings of John Maynard Keynes, 14).

Keynes, J.M., *The General Theory and After; a supplement* ,Donald Moggridge (ed.), Londres, Macmillan, 1979. (The collected writings of John Maynard Keynes, 29).

Keynes, J.M., *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, 2a. ed., São Paulo, Nova Cultural, 1985. .

Keynes, J.M., *A Treatise on Money*, 1930, reimpresso em JMK,1971a e 1971b.

Keynes, J.M., *The General Theory of Employment, Interest and Money*, 1936, reimpresso em JMK,1973a. .

Keynes, J.M., "Relative movements of real wages and output" , *Economic Journal*, Londres, 49:34-51, março, 1939. .

Keynes, J.M., *A Treatise on Money ; Part 1: the pure theory of money*, Londres, Macmillan, 1971a. (The collected writings of John Maynard Keynes,5.)

Keynes, J.M.,*A treatise on money ; Part 2: the applied theory of money* Londres, Macmillan, 1971b. (The collected writings of John Maynard Keynes,6.)

Keynes, J.M.,*The General Theory of Employment, Interest and Money*, Londres, Macmillan, 1973a. (The collected writings of John Maynard Keynes, 7.)

Layard, R. & Nickell, S., "Unemployment in Britain", *Economica*, 53(210):121-169, maio, 1986.

Lindbeck, A. & Shower, D.J., "Long-term Unemployment and Macroeconomic Policy", *American Economic Review*, 78(2):38-43, maio, 1988.

Lindbeck, A. & Snower, D.J., "Efficiency Wages versus Insiders and Outsiders", *European Economic Review*, 31:407-416, 1987.

Lindbeck, A. & Snower, D.J., "Union Activity, unemployment persistence and wage-employment ratchets", *European Economic Review*, 31:157-167, 1987.

Lucas Jr., R., " Understanding business cycles". in R. Lucas Jr. *Studies in Business Cycle Theory*, Cambridge, MIT Press, 1981.

Lucas Jr., R. & Sargent, T., "After Keynesian Macroeconomics", pp. 1-16, *Quarterly Review of Economics*, 1979. .

Lucas, Jr., R.E. & Rappling, A.L., "Price Expectations and the Phillips Curve", *American Economic Review*, pp. 342-350, 1969.

Malinvaud, E., *The Theory of Unemployment Reconsidered*, Oxford, Basil Blackwell, 1977. .

Marglin, S., *Growth, Distribution and Prices*, Cambridge, Harvard University Press, 1984. .

McCallum, B., "Unemployment in OECD Countries in the 1980's", *The Economic Journal*, 96:942-960, 1986. .

Michie, J. "Wages in the Business Cycle", Frances Printer, London, 1987.

Newell, A. & Symons, J., "Corporatism, Laissez-faire and the Rise of Unemployment", *European Economic Review*, 31(3):567-614, abril, 1987.

Nickells, S., "Wages and Unemployment: a general framework", *Economic Journal*, 92(365):51-55, 1985. .

Nickells, S., "The rise in unemployment: a multi-country study", *Economica*, 53:1-22, 1988. .

Oswald, A., "The economic theory of trade unions: An introductory survey", *The Scandinavian Journal of Economics*, 87(2):160-193, 1985.

Sachs, J., "Real Wages and Unemployment in OECD Countries", *Brookings Papers on Economic Activity*, 1:255-289, 1983. .

Sachs, J., "Wages, Profits and Macroeconomic Adjustment", *Brookings Papers on Economic Activity*, 2:269-319, 1979. .

Schmitter, P.C. , "Organized Interests and Political Performance" International Conference organized by 'Il Mulino', Bologna, 1981.

Solow, R., "Alternative approaches to macroeconomics theory: a partial view", *Canadian Journal of Economics*, Toronto, 12(3):339-54, ago. 1979.

Solow, R., "On theories of unemployment", *American Economic Review*, Nashville, 70(1):1-11, março, 1980.

Solow, R., "Unemployment: getting the questions right", *Economica*, 1986.

Solow, R., "Down the Phillips Curve with Gun and Camera", in D.A. Belshley et al (eds.), *Inflation, Trade and Camera*, Ohio State UP, 1976.6.

Solow, Robert, "Another Possible Source of Wage Stickness", *Journal of Macroeconomics*, 1(1):79-82, 1979.

Summers, Lawrence, "Corporatism, the *Laissez Faire* and the Rise in Unemployment" *European Economic Review*, Vol 31 :608-614, 1987.

Tarantelli, Ezio, "The Regulation of Inflation in Western Countries and the Degree of Neocorporatism" , *Economia* (VI), 1983.

Therborn, G. , "Why are some People More Unemployed than Others?" , Polity Press, 1986.

Apêndice

QUADRO 1
CENTRALIZAÇÃO E PERFORMANCE MACROECONÔMICA

Países	Participação Sindical		Inflação Média Anual	Taxa de Desemprego	
	Nível 1985	Mudança 1970-85	1973-83	Nível 1984	Mudança 1973-84
	<hr/>				
Países Centralizados					
Áustria	61%	- 3%	6%	3.9%	2.9%
Dinamarca	98	32	10.2	8.5	7.6
Finlândia	85	29	11.4	4.9	2.8
Noruega	61	2	9.3	3.0	1.5
Suécia	95	16	10.0	3.1	0.6
<hr/>					
Países Intermediários					
Bélgica	77	11	8.0	13.0	10.8
Alemanha	42	5	4.6	8.2	7.2
Holanda	37	-2	6.1	14.1	11.9
<hr/>					
Países Descentralizados					
França	28	6	10.9	9.7	7.1
Irlanda	51	7		15.6	9.7
Itália	45	6	16.2	9.7	3.5
Espanha	21.1	18.6
Suíça	35	4	4.2	1.1	1.1
Reino Unido	52	1	12.9	11.2	9.0
Canadá	37	5	9.0	11.2	5.7
Japão	29	-6	7.3	2.7	1.4
EEUU	18	-13	8.1	7.4	2.6

Fontes: Pohjola, M. 1988. "Corporatism and Wage Bargaining", Mimeo, WIDER/UNU e Therborn, G. 1936. Why some People Are More Unemployed Than Others, Verso, Londres.

QUADRO 2

OUTROS INDICADORES DE PERFORMANCE MACROECONÔMICA

	Emprego (taxa%)	Desemprego Mudança 1973-84	% Mudança 1973-84		
			PIB	PIB percapita	Rendimento na manufatura
EUA	3.3	2.6	27	5	4
RU	-6.5	13.0	15	16	19
Japão	-0.1	2.7	46	32	39
Alemanha	-8.7	7.8	22	27	18
França	-6.4	7.1	25	25	32
Itália	-2.2	4.0	23	13	25
Canadá	1.2	5.7	33	6	9
Áustria	-5.1	2.7	28	18	30
Bélgica	-6.7	11.3	20	22	33
Dinamarca	-1.7	6.8	23	17	20
Finlândia	3.4	3.8	33	19	16
Holanda	-4.6	1.8	17	9	12
Noruega	7.5	1.5	46	24	19
Espanha	-16.2	17.6	24	43	61
Suécia	4.2	0.3	21	10	0

Fonte: Freeman (1988).

QUADRO 3

MEDIDA DE DISPERSÃO DOS RENDIMENTOS NA INDÚSTRIA

	Nações Unidas		OIT	
	1973	1983	1975	1984
Alta e crescendo:				
EUA	23	28	25	26
Japão	25	26	24	25
Canadá	21	25	24	26
Áustria	21	27	21	22
Crescendo:				
RU	20	27	...	17
Noruega	19	25	10	12
Moderado e estável:				
Bélgica	25	24	19	15
Alemanha	19	20	14	14
Holanda	13	19
Caindo:				
Itália	32	19	19	10
França	13	13
Baixa:				
Dinamarca	15	14	12	12
Suécia	12	13	9	9
Finlândia	17	15	14	14

Fonte: Freeman, (1988).

QUADRO 4

NÍVEIS E MUDANÇAS NA DENSIDADE SINDICAL

Países com	Nível			Mudança	
	1970	1979	1984/5	1979-79	1979-85
Crescimento acelerado de densidade					
Dinamarca	66	86	98	+20	+12
Finlândia	56	84	85	+28	+ 1
Bélgica	79	89	95	+10	+ 6
Crescimento moderado					
Itália	39	51	45	+12	- 8
Alemanha	37	42	42	+ 5	0
França	22	28	28	+ 6	0
Canadá	32	36	37	+ 4	+ 1
Estável ou declinante					
Noruega	59	60	61	+ 1	+ 1
RU	51	58	52	+ 7	- 6
Áustria	64	59	61	- 5	+ 2
Japão	35	32	29	- 3	- 3
EUA	31	25	18	- 6	- 7

Fonte: Freeman, (1988).

QUADRO 5

PARTICIPAÇÃO DOS SALÁRIOS NO VALOR ADICIONADO
(Setor Manufatureiro, 1961-81, em %)

	1961	1969	1975	1979	1981
Bélgica	58.3	60.6	77.0	75.7	76.9
Canadá	67.3	68.5	69.2	65.8	...
Dinamarca	68.6	72.2	74.5	76.5	74.5
França	65.9	65.8	74.1	74.6	75.9
Alemanha	52.6	52.6	60.5	59.2	63.3
Japão	39.6	40.3	53.8	49.8	...
Reino Unido	69.9	71.0	80.2	70.7	82.8
EUA	70.5	71.0	71.6	73.8	75.6

Fonte: Bruno & Sachs (1985).

QUADRO 6

CUSTO DO TRABALHO E DESEMPREGO

Desemprego em 1983	Custo Unitário do Trabalho em 1983 (1970 = 100)	
	Em Moeda Local	Em Moeda Comum
Elevado		
Bélgica	189	74
Holanda	179	93
Inglaterra	471	126
Canadá	275	105
Dinamarca	264	86
Médio		
Itália	615	103
EUA	203	81
França	336	100
Alemanha	183	109
Finlândia	392	121
Baixo		
Áustria	205	115
Suécia	294	78
Noruega	325	131
Japão	173	114

Fonte: Therborn (1986).

QUADRO 7

LUCROS E DESEMPREGO

Desemprego em 1982	Lucro Operacional/ Valor Adicionado	Trend 1960-82
Alto		
Bélgica	41.4	-1.5
Holanda	41.2	...
Inglaterra	34.7	0.1
Canadá	36.0	-0.1
Média	38.3	-0.5
Médio		
Itália	48.3	-0.6
EUA	27.6	-0.6
França	39.9	-1.7
Alemanha	38.0	-0.7
Finlândia	32.5	-1.0
Média	37.3	-0.9
Baixo		
Suécia	30.4	-1.0
Noruega	47.1	0.3
Japão	38.6	-2.6
Média	38.8	-1.1

Fonte: Therborn (1986).

QUADRO B

TAXA DE CRESCIMENTO DA PRODUTIVIDADE (1961-81)

Em %

País	1960-81	1973-75	1975-79	1979-81
Áustria	5.0	1.6	3.1	1.5
Bélgica	4.1	1.3	2.9	1.7
Canadá	5.4	-0.6	0.1	-0.5
Dinamarca	3.1	0.4	0.5	1.1
Finlândia	4.7	0.6	3.5	1.2
França	4.9	1.9	3.4	1.0
Alemanha	4.3	1.7	3.7	0.9
Itália	5.5	-1.0	3.0	1.0
Japão	8.4	1.0	3.9	2.8
Holanda	4.2	1.7	2.2	-1.2
Noruega	...	3.1	2.6	0.8
Espanha	6.4	4.0	3.8	4.3
Suécia	3.5	0.9	0.5	0.1
Suíça	3.1	-0.1	1.4	1.7
Reino Unido	2.8	-0.8	2.5	0.8
EUA	2.1	-1.1	0.8	0.2

Fonte: Bruno & Sachs (1985).

QUADRO 9

DURAÇÃO DO DESEMPREGO

Proporção de desempregados há mais de 12 meses
sobre total de desempregados

Bélgica	62.8
Holanda	43.7
Inglaterra	36.2
Canadá	9.5
EUA	13.3
França	42.6
Alemanha	28.5
Finlândia	14.6
Áustria	9.0
Suécia	10.1
Noruega	7.0
Japão	14.3

Fonte: Therborn (1986).